



Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

ATA

Sessão Ordinária de Novembro – 30NOV2024

N.º 37/2021-2025

Data: 30 de novembro de 2024 (sexta-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Nos termos da alínea d) do artigo 26.º e dos números 1 e 5 do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Domingos Manuel Ferreira Vilarinho, 1.º Secretário (em substituição de Pedro Tróia) e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.

Grupo Municipal do PSD: Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário, António José Flor Agostinho, André Filipe Casqueira Guimarães, Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves e Sara Marina Tomé Fernandes.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Pedro Miguel Cristo Graça, Cláudia Cristina Fernandes Reigota e Daniela Ribeiro Alegria.

Grupo Municipal do Partido Socialista: António Pedro Oliveira Martins.

Grupo Municipal do Partido Chega: Sérgio Louro.

Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Carlos António da Silva Rocha (Freguesia da Gafanha da Nazaré) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Câmara Municipal de Ílhavo: João António Filipe Campolargo, Presidente da Câmara; João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Assunção Mariana Carlos Ramos: Maria de Fátima Fragoso Teles, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores. A ausência do vereador Paulo Sérgio Ferreira Nunes foi devidamente justificada.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Ernesto Manuel Vidal Garrelhas e Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Mariana Silva Lopes.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Sónia Alexandra Fernandes Gomes substitui Pedro José Catarino Senos Tróia, Gabriel Almeida Fernandes substitui Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo e Elvira Maria Fernandes Correia substitui Mariana Alvelos Silva. Justificada, pelo Presidente da Assembleia Municipal, a ausência da deputada municipal, Diana Catarina Anastácio Gandarinho, por impossibilidade de última hora.

Representantes das Juntas de Freguesia: José Augusto Carapelho (vogal da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação) substitui Augusto Manuel da Rocha Silva (Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação).

Ordem do Dia

Nos termos dos n.ºs 6 e 8, do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Ponto 1. **"Abertura de procedimento por concurso público, com publicidade internacional, para Prestação de serviços de higiene e limpeza e serviços conexos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primárias de Ílhavo e Laboratório do Envelhecimento"**.

Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 2. **"Abertura de procedimento de contratação para "Aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança em obra"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 3. **"Proposta Pacote Fiscal do Município de Ílhavo para 2025"**. Ato deliberativo: aprovação;

3.1. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2025

3.2. Derrama para 2025

3.3. Participação variável no Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2025

Ponto 4. **"Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2025"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 5. **"Autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2025"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 6. **"Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01AGO2024 a 31OUT2024"**. Ato deliberativo: apreciação;

Ponto 7. **"Novo Procedimento para a concessão da recuperação e exploração temporária e onerosa de um Centro Hípico e Parque Pedagógico no lugar do Casal 43 - Colónia Agrícola"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 8. **"Alteração do Alvará de Loteamento n.º 5/03 - Desafetação de duas parcelas do domínio público e integração no domínio privado municipal"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 9. **"Estatuto de Provedor do Munícipe da Câmara Municipal de Ílhavo"**. Ato deliberativo: aprovação;

Ponto 10. **"Compromissos plurianuais assumidos no 1.º semestre de 2024, de contratos de locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços"**. Ato deliberativo: conhecimento.

Ponto 11. **"Relatórios de Execução Relativos aos Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia (2023)"**. Ato deliberativo: conhecimento;

Ponto 12. **"Relatórios de Execução Relativos aos Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia (2024)"**. Ato deliberativo: conhecimento;

Ponto 13. **"Relatório de Avaliação intercalar do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – 2024"**. Ato deliberativo: conhecimento;

Ponto 14. **"Protocolo de Cooperação para a implementação do "Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz" entre o Estado e o Município de Ílhavo"**. Ato deliberativo: conhecimento;

Ponto 15. **" Protocolo de Cooperação e Colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, para apoio à aquisição de um Veículo Especial de Combate a Incêndios"**. Ato deliberativo: conhecimento;

Ponto 16. **" Eleição do representante da Assembleia Municipal no júri da Gala da 1.ª edição da Gala do Desporto do Município de Ílhavo"**. Ato deliberativo: eleição;

Ponto 17. " **Eleição do representante das Juntas de Freguesia no congresso da ANMP em 2025**". Ato deliberativo: eleição;

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)
Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09':26")

«Caras e caros deputados. Boa noite, Senhor Presidente da Câmara e Executivo. Boa noite também ao Público aqui presente e a quem nos segue em casa. Sejam todos bem-vindos a esta que é a sessão ordinária de novembro de 2024. Vamos proceder com a chamada.»

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (09':54")

«Boa noite a todos.»

(leitura da lista de presenças e substituições).

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09':54")

«Muito obrigado. Só uma informação. O vereador Tiago Lourenço acabou de enviar uma mensagem a pedir desculpa pelo atraso, mas que se vai juntar aos trabalhos a partir das 21:30.

A Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo manifesta um especial agradecimento pela solidariedade, maturidade e elevado sentido democrático demonstrados pelos líderes dos grupos municipais no tema das transmissões *streaming*. O vosso compromisso é uma demonstração clara do desejo de que os trabalhos decorram da melhor forma possível, contribuindo assim para a dignificação desta Assembleia que representa todos nós.

Um especial obrigado aos deputados, Flor Agostinho, Pinto Reis, Pedro Tróia, em representação do Luís Leitão, e Sérgio Louro pelo vosso espírito construtivo e colaboração. Não posso deixar também de expressar, também, o meu sincero agradecimento ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, que, com prontidão e eficácia, agilizou os procedimentos necessários para que hoje estejamos capacitados em levar os trabalhos da Assembleia em direto às casas dos nossos munícipes. Este é um marco importante para a transparência e proximidade com a nossa comunidade. Muito obrigado a todos.

Antes de avançarmos para as atas e como ocorreram alterações no Núcleo de Apoio a esta Assembleia, permitam-me expressar o meu mais profundo agradecimento ao colaborador Miguel Araújo, responsável pelo Núcleo de Apoio desta Assembleia Municipal, pelo excelente desempenho, profissionalismo e dedicação demonstrados ao longo do exercício das suas funções. Desejo-lhe as maiores felicidades e sucesso nesta nova etapa da sua carreira. Aproveito também esta oportunidade para dar as boas-vindas à colaboradora Filomena Ferreira que assume agora a responsabilidade pelo Núcleo de Apoio. Manifestamos a nossa confiança nas suas capacidades e profissionalismo, esperando que continue o trabalho de excelência que caracteriza este Núcleo, com a mesma dedicação e desempenho demonstrados pelo seu antecessor, nestes pouco mais de 10 meses de mandato. Votos de sucesso e realização nesta sua nova função e seja muito bem-vinda.

Aprovação das Atas

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (14':57")

«Vamos passar para a aprovação das atas números 34, 35 e 36.

Alguém tem alguma consideração a fazer relativamente à Ata número 34, referente à reunião de 10 de setembro, da sessão ordinária de setembro. Não?

Então vou colocar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? A Ata número 34 foi aprovada por unanimidade.

Coloco a Ata número 35 referente à reunião de 13 de setembro de 2024, da sessão ordinária de setembro. Alguém quer fazer alguma observação? Não? Vou então colocar a Ata à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada a Ata número 35, por unanimidade.

Por fim, coloco a Ata número 36 referente à reunião de 10 de outubro de 2024, da sessão extraordinária de outubro, a aprovação. Alguém quer fazer algum comentário à ata? Muito bem. Quem vota contra? Quem se abstém? A Ata número 36 foi aprovada por unanimidade.»

Expediente

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (16':12")

«Passando agora ao expediente, no que respeita à correspondência os serviços de apoio à Assembleia Municipal rececionaram, entre setembro e novembro, diversa comunicação da qual destaco:

. convites dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia para representação protocolar da Assembleia Municipal, remetidos pelo município, pelas Juntas de Freguesia, pelos agrupamentos de escolas, pelas associações e entidades públicas e privadas, aceites dentro da disponibilidade possível, com destaque para o convite para a inauguração da exposição comemorativa dos 200 Anos da Vista Alegre, presidida pelo Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, momento no qual foi entregue o título de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique à Vista Alegre;

. mensagens de solidariedade enviadas aos municípios de Albergaria-A-Velha, Águeda, Arouca, Oliveira de Azeméis e Sever do Vouga, a propósito dos incêndios de setembro;

. comunicação da ANAM sobre a Portaria n.º 185/2021 de 14 de agosto, inexistência de conflitos;

. comunicação da AEDREL sobre o Anuário das Assembleias Municipais 2022, organização e funcionamento das assembleias municipais;

. comunicação da ANAM com publicações diversas, ações de formação e webinars.

Agora uma informação a dar a nota que no passado dia 20 realizou-se a primeira sessão ordinária do presente ano letivo da Assembleia Municipal Jovem. E que esta sessão destacou-se pelo sentido de responsabilidade e pela vontade de partilha e iniciativa demonstrados por todos os jovens deputados, representando os vários agrupamentos do nosso Município. O sucesso desta iniciativa reflete não apenas o empenho e dedicação dos próprios alunos, mas também o excelente trabalho das lideranças dos agrupamentos e dos seus professores, bem como o papel essencial dos encarregados de educação que, certamente, têm contribuído de forma significativa para a formação cívica e democrática dos jovens. As conclusões e propostas apresentadas nesta seção serão brevemente endereçadas à Assembleia Municipal. Estamos certos de que estas ideias são contributos valiosos para o futuro da nossa Comunidade.

Agradecemos profundamente a todos os que tornaram esta sessão possível, enriquecedora. Reencontramo-nos no próximo ano para a segunda e última sessão ordinária deste mandato autárquico, com a certeza de que continuaremos a construir um caminho de cidadania ativa e responsável.»

Período de Intervenção do Público

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (14':57")

«Passaria agora então para a participação do Público nesta Assembleia Municipal. Portanto, pergunto se existe alguma inscrição. Duas inscrições? Três inscrições? Muito bem.

Algumas informações. Este período tem um limite de 5 minutos, no máximo, por intervenção e solicita-se que a mesma se centre sobre assuntos diretamente relacionados com a vida municipal e que seja apresentado de forma mais sucinta possível. Além disso, no âmbito da transmissão em direto e por força do Regulamento Geral de Proteção de Dados, é importante

para defesa de todos que tenha sido dado consentimento formal através do preenchimento do novo impresso anexo I do Regulamento das Transmissões para a respetiva difusão da imagem. Esse que vai ser entregue, Ok? Portanto, três inscrições. Se calhar começávamos por este lado. Sim? Força.»

Do Público

Munícipe, Horácio Melo: (20':41")

“Boa noite a todos. Boa noite ao Senhor Presidente da Assembleia. Boa noite ao Senhor Presidente da Câmara, como aos Senhores Vereadores. Aos Membros desta Assembleia, ao Público em geral e às pessoas que me estão a ouvir lá em casa.

Começaria por dizer a esta Câmara Municipal que vale sempre a pena quando a alma não é pequena. Sempre que tenho vindo aqui fazer reparos, não só aqui como noutros lados, como por exemplo, o Centro de Saúde de Ílhavo, que estava sempre uma miséria aqueles elevadores, que as pessoas tinham problemas graves para subir e para descer, hoje tem dois elevadores a funcionar. É bom, para que as suas pessoas que por si já são doentes e que têm algumas dificuldades em andar para cima e para baixo. Estou grato por esse trabalho.

O outro é, realmente, as flores. Sempre que eu falava em flores... eu penso que o meu Concelho de Ílhavo, mais propriamente a Freguesia de São Salvador, precisa de flores, precisa de animação, precisa de ser um Ílhavo diferente daquilo que vocês muitas vezes falam aqui, mas ser um Ílhavo diferente, um Ílhavo prático, um Ílhavo que se possa propor a trabalho. E consegui ter aqui umas pequenas flores, aqui nestas rotundas. Naturalmente um bocadinho ao despedido, um bocadinho mortas, despenadzinhas, mas pode ser que no próximo ano que é um com isto.

Começaria também por perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, o porquê da Ciclovía, ali perto da seca do Pascoal, aquelas ciclovias que foram agora feitas e pintadas, o porquê terem lá aos STOPS. Quem andava lá pintar, perguntei e ele disse que estes STOPS são feitos por haver muitos acidentes aqui. Eu não percebo. E é um STOP que está pintado em baixo, não tem qualquer sinalização na vertical a dizer que existe ali um STOP. Será que é para tentar dizer aos automobilistas que agora, neste momento, não têm que ter respeito pelas ciclo das bicicletas? Eu penso que não. Eu acho que o senhor Presidente devia dar aqui uma satisfação. Qual foi o motivo que fazer aquilo?

Gostaria também de perguntar o porquê que retiraram o poste de lá da Rua das Cancelas e, a partir daí, nunca mais foram fazer as tais pinturas no chão. Já lá vão uns meses largos e a pintura mantém-se lá. Naturalmente que a GNR não multa diz que nós temos toda a razão, mas era tempo também irmos lá fazer qualquer coisa, pintar aquilo, já que já não existe qualquer poste de eletricidade.

Gostaria também de colocar aqui um assunto. Há uns anos a esta parte, houve umas críticas, válidas, ao senhor antigo Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, Engenheiro Caçoilo, os profetas de Maomé, que eu às vezes digo para as pessoas são uns “profetas maomé”, pessoas que muitas vezes só falam, que falam, que dizem que são políticos, mas não percebem nada de arte. Foi realmente aquilo ali que se fez, aquela obra maravilhosa que se fez ali na ‘rotunda do boi’, na Gafanha de Aquém. Toda a gente criticava, toda a gente dizia que não, toda a gente dizia que aquilo era tudo dinheiro mal gasto, aquilo iria ser tudo posto abaixo. Meus amigos, nós tivemos há um mês e pouco a maré mais alta dos últimos 30 anos. Eu pergunto, alguém viu alguma ponta de água a ir para lá, para a “rotunda do boi”. Alguém viu qualquer coisa em frente aquilo que lá se passou? Pois não. Porque foi uma obra muito bem feita. Vale a pena gastar dinheiro assim. Quando assim é, vale a pena gastar dinheiro. E aquela foi muito, muito bem feita, uma obra muito bem feita, em qual teve a fiscalização do engenheiro que já se foi embora para a reforma, que tanto foi criticado e que tanto lá esteve. E eu presenciei muitas vezes ele a ser criticado. E a obra está lá à vista. Não como a obra que está ser feita na Gafanha da Boavista, que se mete lá umas pensando que está a fazer uma grande coisa e está-se a desperdiçar é só dinheiro. Mas pronto, tudo bem. São métodos, cada Câmara tem o seu presidente e tem atenção à maneira de estar e a sua maneira de ser. Eu fico um bocadinho triste porque há uns anos a esta parte, quando nós tivemos aqui um Presidente, o Ribau Esteves, fez uma aplicação em Ílhavo que disse que era “Ílhavo, marés vivas”, era assim uma qualquer coisa assim. Hoje não, hoje nós temos lombas. Hoje, nós, é diferenciado por Ílhavo de lombas. Já não é marés vivas. Hoje, não... é lombas. Hoje o nosso Ílhavo, e eu falo mais pela minha Freguesia de São Salvador, tanta lomba, tanta lomba, tanta lomba, que eu digo, sinceramente, será que há tantos carros? Eu que às 7 da manhã já ando aqui no centro de Ílhavo, que passo em estradas que já lá passo há 47 anos, eu agora fico

pasmado. E pilaretes, assim, a meio da noite, no escuro, que a gente não os vê. Isto é uma coisa. Eu fico admirado.

Fico admirado, também, ali na Autoliva as crianças que saem da escola secundária...»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: «Tem que concluir, está bem? Tem que concluir.»

Munícipe, Horácio Melo: «as crianças saem das escolas secundárias, têm aqueles semáforos. Aquelas crianças querem atravessar para o outro lado da Vista Alegre...»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: «Horácio, tem mesmo que concluir.»

Munícipe, Horácio Melo: «E não conseguem porque, dizem-me a mim, que os semáforos não funcionam, porque, dizem-me a mim, que a Câmara já disse que os semáforos são antigos. Por amor de Deus, as crianças não têm nada a ver se os semáforos são antigos, são modernos. Há que criar condições para que as crianças possam atravessar descansadas. Boa noite, obrigado.»

Munícipe, Sérgio Jesus: (27':02")

«Boa noite, Senhor Presidente da Mesa. Boa noite., Senhor Presidente da Câmara e toda a equipa da Câmara. Boa noite, senhores Deputados da Assembleia. Boa noite, caríssimo público e toda a gente que nos está a ouvir em casa.

Há muitos assuntos que queria trazer aqui, mas não há tempo.

Para quando é que começa a haver uma fiscalização séria às obras de saneamento? Porque a pessoa que está a fazer fiscalização não é competente ou está a fechar os olhos. Porque eu não admito que uma rua seja asfaltada e ao fim de meio ano esteja cheia de cabeços. Quando há um abatimento nas obras de saneamento, em vez de porem alcatrão a tapar o buraco, põem uma lombra para aumentar o buraco em vez de diminuir. Ao menos, se fossem mais espertos, punham a lombra no centro do buraco que minimizava um pouco. Mas metem antes do buraco.

Há subempreiteiros que andam a abrir, a fazer os saneamentos, entram nas casas das pessoas, fazem prejuízos às pessoas. Que é uma cliente que se veio queixar que demoliram um bocado do muro. Essa pessoa já veio à Câmara fazer queixa, já foi ao empreiteiro, toda a gente promete que arranja o muro à senhora. Estamos a falar de uma obra, aí, de 100, 150 euros. E caso não se resolva, ela terá que ir para tribunal. Houve invasão de propriedade, que entraram nos anexos da Senhora, onde foram buscar baldes da senhora e andaram a utilizar. A senhora já apresentou ao empreiteiro, aos fiscais da Câmara e ninguém fez nada. Nas Gafanhas, não é só na Gafanha, há pouco investimento. O investimento que está ser não está a ser devidamente utilizado nas ruas. Não há uma única rua que nós possamos dizer que há ruas boas nas Gafanhas, não é só na Nazaré, Encarnação e Carmo é, praticamente por todo o Concelho. A ver se começa a utilizar melhor o dinheiro.

Investimentos nas Instituições Públicas. Há tempos fui ao posto da GNR e eles estavam às escuras. Eu sei que não é da autoria da Câmara, mas a Câmara podia investir um bocadinho nessas obras que pertencem ao setor público para nos darem apoio, tipo escolas, por exemplo. E a ver se havia um bocadinho mais de atenção nesses monumentos. Obrigado. Boa noite.»

Munícipe, Sérgio Magueta: (30':58")

«Boa noite a todos. Deixem-me cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Mesa e demais Vereadores e Deputados do Município. Público que nos ouve. Eu quase não tenho nada combinado com os anteriores. Tinha alguns pontos aqui em comum. Eu ia também pegar precisamente na questão das obras de saneamento e vou aqui referir-me mais, cingir-me mais, se calhar, à Gafanha da Encarnação, que é onde resido.

Aqui, em relação à solução, e eu tenho falado com várias pessoas, até falei também com o empreiteiro que está a fazer as obras, e é uma solução que sempre foi usada, é o que ele me diz, que é a questão do piso ser em cima do piso existente. Se aquele tivesse sido removido e feito à mesma altura do anterior, não tínhamos o problema que vou falar agora que é a questão das bermas hiper baixas. Não são bermas baixas, são bermas onde em alguns casos temos autênticos resvalados numa terra onde se anda muito de bicicleta. As tampas estão a um palmo abaixo do alcatrão do piso atual. Significa, não sei se elas irão ser repostas ou não, estou a falar na obra que supostamente está concluída a sul. A norte está naquele estado que se vê. Portanto, o alcatrão subiu acima da porta de algumas casas. Portanto, temos, neste momento, esse problema. Teria sido evitado, não sei se a solução seria mais económica ou não, se tivesse o alcatrão colocado à mesma altura. Havia um senhor que dizia, deixem-me aqui dizer o provérbio, que “a água não é filha de cabra”. Agora, se subirem as tampas, de certeza que a água que não vai subir. Isso é certinho, mas é um problema que temos aqui.

Depois é a questão da falta de fiscalização na atual obra, que foi aquilo até que o Sérgio já falou antes, o anterior interveniente. Que é assim. Aqui a falta de amadorismo, eu acho que nota-se um amadorismo que é terem começado uma obra, neste caso a substituição das tubagens de fibrocimento da água, teria que ser feita, mas não é na semana anterior à Festa da Padroeira, que aquilo ficou um caos e acho que teria sido evitado. Adiares uma semana ou duas e terem evitado a confusão que foi. Foi muito mau.

Depois a Junta da Encarnação, coitados, nós batemos neles, mas eles também têm mãos e pés atados porque são obras que não são do foro deles, a questão dos semáforos que estão desligados há imenso tempo. Aquilo que costuma-se dizer é “o Código Postal para o acidente”, que é meio caminho andado e eles estão a ocorrer.

Depois, na rua da EB da Gafanha da Encarnação, embora se tenha feito ali um passeio ajardinado em cima de terrenos, se calhar privados, não sei qual é a legalidade daquilo, mas está muito bonito. Mas nessa mesma rua, já se falou aqui, que tem a ver com a questão das depressões que estão naquela estrada. Portanto, aquilo já não é desta obra de saneamento, já é da primeira obra de saneamento, mas estão autênticas crateras. Nós sabemos que o piso é arenoso, que há fugas e que abate o piso. A questão é que é só passar lá, tentar passar nessa rua, e vejam o estado em que aquilo está. Exige uma intervenção e quanto mais rápido for, melhor.

Falar aqui mais uma questão que é a questão do quilómetro zero na Gafanha da Encarnação. É um problema que já vem sendo debatido há muitos anos. Aquilo continua a ser a Gafanha da Encarnação, embora a via a atravessasse ali pelo meio. Há pessoas a atravessar a via a pé todos os dias a atravessar com bicicletas uma via rápida. Ali havia de haver um controlo de velocidade, uma lombada, uma passadeira, o que for, mas as pessoas correm perigo todos os dias e só passarem lá e ver. Junto ao quilómetro zero, na Gafanha da Encarnação, na entrada da Gafanha da Encarnação, quando sai da A25. Portanto, ali é um perigo iminente. Havia de se tomar ali a precaução. Os carros passam ali a alta velocidade a sair da autoestrada, a entrar na autoestrada, não é uma autoestrada, é uma via rápida, mas há pessoas a atravessar aquele percurso a pé e de bicicleta

A escassos metros foi a questão da obra do Intermarché. Fizeram uma obra, está muito bonita, tem acessos cicláveis e pedonais para a Gafanha da Nazaré. Eu creio que o Intermarché foi posto naquela localização para servir também a Gafanha da Encarnação. Experimentem ir a pé da Gafanha da Encarnação ao Intermarché. É uma coisa que nós vemos lá todos os dias. É perigoso porque aquilo não foi preparado, mas havia de sofrer ali uma intervenção.

Vou falar-vos ainda na rotunda da Heliflex. Tem lá uma coisa magnífica que é a barca do Senhor Manuel Ameixa. Aquilo é património cultural deste município. Neste momento está em seco há uns anos. Vejam o estado em que ela está. Eu só espero que não se aguarde para a solução do “agora já não há nada a fazer”, que é o estado em que ela está. Exige uma intervenção rápida.

E vou-vos falar rapidamente também numa questão que é erguer-se num wc público na zona da Bruxa. É importantíssimo. É, se calhar, o sítio do Concelho mais visitado e neste momento não existe um wc público, nem que sirva os pescadores locais, nem que sirva a população que visita, ali, que é muito frequentado, por tanto, um wc público naquela zona era importantíssimo.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: «Muito obrigado. Sérgio tem que concluir. Já terminou os cinco minutos, está bem?»

Município, Sérgio Magueta: «Eu vou concluir já. O que é que é aquela espinha na Barra? Aquele estacionamento em espinha e o que é que se ganhou com aquele estacionamento em espinha?»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: «Queira concluir, por favor. Está bem?»

Município, Sérgio Magueta: «Eu já concluo, Senhor Presidente. Aquele estacionamento em espinha não valoriza em nada, não facilita em nada o estacionamento na Barra.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: «É que nós temos um regime. Nós temos um regime. Sérgio Magueta, nós temos um Regimento que temos que respeitar. Está bem? Muito obrigado.»

Município, Sérgio Magueta: «Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (36':53")

«Passo então a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (34':38")

«Muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Caríssimos Deputados da Assembleia Municipal. Excelentíssimo público. Senhor Vereadores que me acompanham. E cumprimentar todas as pessoas que se encontram lá em casa a assistir a esta transmissão. E também dar um voto de confiança a esta nova equipa que está a fazer as transmissões na nossa Assembleia Municipal. Agradecer desde já a participação das três pessoas do público que vieram dirigir palavras a esta Assembleia e a quem está lá em casa.

Aqueles que elogiaram, o nosso agradecimento. Aqueles que fizeram algumas referências ficarão registadas para trabalho futuro.

Diria que duas ou três respostas relativamente a um poste que se encontrava nas Cancelas. Pois, infelizmente, as empresas que fazem a remoção desse tipo de equipamentos tardam em dar as suas respostas e, portanto, depois dela dada carece novamente da entrada do empreiteiro em obra. Portanto, esperamos ver também o resultado que o Senhor Município também deseja ver.

Relativamente ao seu Sérgio. Teremos pouco a falar sobre aquilo que é a obra do saneamento. Apesar da fiscalização ser externa e ter um contrato relativamente a essa mesma fiscalização com a AdRA, a empresa que está na execução da obra, juntamente com a Câmara Municipal, trataremos de retificar e rever tudo isso. Servirá esta resposta também para o senhor, para os dois "Sérgios", diria eu. E, portanto, trataremos de transmitir mais uma vez a informação, mas já vi que a comunicação entre os municípios e o empreiteiro da obra e a fiscalização existe. E, portanto, o que trouxeram aqui não é novidade para quem está em obra e, portanto, agradecemos também essa referência. E, mais uma vez, apelo também às entidades que trabalham neste Município para serem corretas connosco. Nem sempre a fiscalização resolve tudo, também a organização de obra pode resolver.

Depois também vejo que há alguma especialização das pessoas que intervieram sobre algumas matérias relativamente àquilo que é a colocação de pisos sobre pisos, bermas, caixas de saneamento, tampas de saneamento. Também vamos apelar a essas pessoas, se houver alguma dúvida no seu conhecimento profissional, que o possam fazer, uma vez que relatam isto tudo. E reconhecemos perfeitamente que essas empresas estiveram num concurso público com requisitos que tiveram que cumprir e, portanto, cabe-nos a nós, também, fiscalizar essa obra no final, fazer os autos de medição que nos competem a nós e, portanto, estaremos de forma tranquila, como todos os outros autarcas deste município fizeram até hoje, com mais erros ou menos erros. Vamos tentar dar o nosso melhor para que essas queixas sejam em menor número do que aquelas, até, que vimos aqui hoje que muitas das coisas não são assim tão próximas de nós. Ou seja, não há assim tanta gente a fazer este tipo de observações, mas possivelmente temos que respeitar aqueles que trouxeram cá essa mensagem.

Também temos que ter em consideração quando afirmamos determinadas coisas perante esta Assembleia e perante a comunidade que nos ouve que uma obra decorre com sinalização provisória e, portanto, nem toda a sinalização tem que estar a trabalhar ou tem que estar nas suas perfeitas funções. E, portanto, temos que respeitar também as velocidades que existem em obras, aquilo que são os acessos limitados que existem a essa obra, e sem me referir a qualquer comentário sobre aquilo que foi a procissão da Nossa Senhora da Encarnação, que decorreu dentro de um projeto, uma obra com um abalroar de uma situação que estava completamente proibida. Relativamente a uma situação em que o empreiteiro não se responsabilizaria por qualquer acidente que corresse dentro da obra, uma vez que ela estava fechada e o vandalismo que aconteceu, de uma noite para outra, em que roubaram toda a sinalização e tiraram todo o gradeamento que existia a bloquear máquinas, a bloquear estradas, tudo o resto, portanto, consegui conjuntamente com o nosso coordenador da proteção civil, com as autoridades, com a GNR, com informação ao empreiteiro e também com os nossos técnicos municipais ultrapassar uma escalada que não estávamos à espera de assistir, mas correu tudo bem. Dou os parabéns àqueles que têm ainda, de forma voluntária, força para realizar as comemorações festivas e religiosas nas nossas localidades, nomeadamente esta da Gafanha da Encarnação. E dar os parabéns também pelo trabalho que foi feito por essas pessoas. E fica aqui, publicamente, o meu agradecimento e a compreensão a todos eles.

Relativamente àquilo que são depressões nas vias públicas e que foram referidas aqui. Pois, muitas delas caberá ao nosso... à entidade AdRA resolver. Muitas das vezes temos que fazer inspeções, temos inúmeras situações destas. É realmente este solo arenoso a causa de alguns problemas nesta área, e tem-se visto isto a acontecer de alguma forma, mas acho que temos vindo a dar, com competência suficiente, a resposta também a muitos dos problemas que fomos apanhando e que vamos apanhando e que vão existindo no nosso território. Juntamente com esses parceiros e também junto deles tenho vindo a agradecer alguma prontidão, mas nem sempre num território que a AdRA tem quase 11 municípios para governar, exceto Anadia, e pouca também intervenção em Ovar, não é fácil, muitas das vezes, encontrar resposta no tempo em que todos nós desejamos.

É evidente que o Senhor Presidente, por exemplo, da Gafanha da Nazaré, podia dizer que tem duas ruas com um trabalho há alguns anos, muito mau, na obra de saneamento e na obra de águas pluviais e que tem também o nosso entendimento, dele também, que tem que ser uma intervenção que nós temos que fazer, e, portanto, esta é uma situação, por exemplo, que se irá definir breve tempo, também. E outras que temos feito, essa na rua, passe a publicidade, mas peço também desculpa também, mas irei até dizer na escola preparatória EB 2,3 da Gafanha da Encarnação, junto do restaurante Gafanhoto, junto da nossa Escola Básica do Sul, na Rua da Escola. E também iremos ver essas situações resolvidas.

Compreendo perfeitamente aquilo que Senhor Sérgio Magueta diz relativamente ao acesso ao Intermarché. Mas é evidente que essa obra terá que ser verificada e resolvida. Já algumas pessoas falaram connosco sobre esse assunto, sobre os acessos, a dificuldade que têm nessa passagem, portanto, não nos esqueçamos disso. Não temos ainda uma solução clara sobre isso. Até era uma situação complicada quando chegámos aqui, em termos de iluminação pública, porque habitualmente eram roubados todos os cabos que alimentavam a iluminação pública nessa zona. Foram por duas vezes colocados e roubados. Penso que agora está mais estável essa situação e pelo menos têm iluminação pública a atravessar de um lado para o outro.

Relativamente aos wc públicos, temos mais situações também para verificar sobre isto. Há realmente uma necessidade noutros pontos do município. Este também estava referenciado no nosso trabalho. Vamos ver o que é que conseguimos fazer. Se conseguimos ampliar também aquilo que gostaríamos, a zona dos pescadores, o suporte também para as atividades que existem ali, poderemos também equacionar a situação de pôr um wc público. Um wc público exige outras responsabilidades, também de limpeza e manutenção todos os dias, novos contratos de limpeza e, portanto, a Câmara tem que salvaguardar também essas questões em termos de contratos e orçamento, também.

Sobre o seu estacionamento em espinha, eu gostava que assistisse a outras Assembleias Municipais ou ir ver essas Assembleias. O Senhor Vereador e, portanto, eu, já demos respostas sobre aquilo que se questiona, neste momento, e, portanto, não vou ocupar agora o tempo a falar sobre isso.

Quanto também ao senhor Sérgio Sarabando, relativamente à GNR da Gafanha da Nazaré, pois já foi a Câmara Municipal que eletrificou toda a zona exterior e interior. Colaborámos com a GNR, sim. Tem algumas dificuldades, mas quando podemos ajudamos dessa forma a resolver as condições menos boas que eles têm. Portanto, temos vindo a ajudar a resolver sempre que podemos e que somos solicitados a intervir. Muito obrigado a todos.»

Período de “Antes da Ordem do Dia”

Voto de Pesar e Voto de Louvor

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (45':52'')

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos então entrar agora no Período de Antes da Ordem do Dia.

E aqui uma falha minha. Já repararam que o nosso primeiro Secretário, hoje, o Dr. Pedro Tróia não pode estar presente e, portanto, eu chamei, convoquei para essa função, o deputado Domingos Vilarinho.

Vamos então entrar no Período de Antes da Ordem do Dia.

Temos aqui um Voto de Pesar e um Voto de Louvor. Portanto a Mesa coloca à apreciação o Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Mário Cravo Bola, apresentado pelo Grupo Municipal do PS. Nesse sentido, vou pedir ao Primeiro Secretário para ler o Voto de Pesar.

Primeiro Secretário da Mesa, Domingos Vilarinho: (50':00")

«Voto de Pesar proposto pela Assembleia Municipal de Ílhavo pelo falecimento de Manuel Mário Cravo Bola».

O Voto de Pesar é apenso à presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (54':03")

«Pergunto se alguém quer fazer algum comentário a este voto de pesar? Se alguns dos outros Grupos também pretendem subscrever? Ok, subscrevem, portanto, o Chega, o PSD e o Unir Para Fazer.

Vamos então colocar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o voto pesar pelo falecimento de Manuel Mário Cravo Bola foi aprovado por unanimidade.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (54':03")

«Passamos então agora ao Voto de Louvor apresentado pelo Partido Social Democrata, dirigido a Vitória Nicole pela conquista do segundo lugar na competição Festival Eurovisão da Canção Júnior Junior, Eurovision Song Contest Thousand Twenty Four. E vou pedir ao Primeiro Secretário que faça a leitura do voto de louvor.»

Primeiro Secretário da Mesa, Domingos Vilarinho: (54':57")

«Voto de Louvor proposto pela Assembleia Municipal de Ílhavo a Vitória Nicole».

O Voto de Louvor é apenso à presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (57':31")

«Alguém pretende fazer algum comentário a mais alguma inscrição? José Pinto Reis, por favor.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (57':45")

«Boa noite a todos. Boa noite, Senhor Presidente. Eu não tenho conhecimento se esta proposta foi consentida pela familiar da jovem. Porque eu acho que deveria ter sido. Adianto que esta é uma posição muito pessoal. E ir-me-ei abster na votação, por dois fatores. Não concordo com os concursos de talentos de jovens crianças, que com 14, 12 e 11 anos são expostas a este tipo de espetáculo que, independentemente do seu valor e do seu mérito, que é grande, julgo não estarem preparadas para este tipo de exposição. E também pelo aproveitamento político que pode ser feito deste tipo de situações. E adiantar também que não gostei da fotografia que foi tirada e que foi publicada. Por isso, abster-me-ei nesta votação, algo que não tem sido normal nestes votos de louvor. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (58':57")

«Só aqui, uma ressalva. A Assembleia Municipal não publicou nenhuma fotografia. A Assembleia Municipal não publicou nenhuma fotografia com a menina. Está bem? Pronto. Muito bem. Mais alguma intervenção? Margarida Alves, por favor.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do Partido Social Democrata: (59':23")

«Caro Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento os excelentíssimos Secretários. Caro Presidente da Câmara Municipal, na sua pessoa cumprimento o Executivo da Vereação. Caros e Caras Deputadas. Público. Comunicação social e quem nos acompanha à distância. Eu, de facto, só quero manifestar a minha perplexidade porque se há mais exposição que a exposição televisiva e redes sociais, acho que um voto de louvor a um futuro, a uma representação internacional do nosso município tem toda a razão de existir. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:00':06")

«Muito obrigado.

Vamos então colocar à votação o Voto de Louvor apresentado pelo Partido Social Democrata dirigido a Vitória Nicole. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, temos três abstenções.

E, portanto, o Voto de Louvor dirigido a Vitória Nicole foi aprovado por maioria com 3 abstenções e 21 votos a favor. As abstenções foram de 3 deputados do Unir Para Fazer.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’: (01:00’:43’)

«Uma interpelação à Mesa, por favor.

Referir que essa indicação não deve constar que os votos são do Movimento Unir Para Fazer e, a partir de hoje, requeremos que todos os Votos de Louvor sejam votados por voto secreto, porque é assim que estabelece o artigo 64 do nosso Regimento.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:01’:09’)

«O senhor Deputado vai-me desculpar, vai constar da ata. E relativamente àquilo que está a solicitar, a Mesa irá averiguar e depois dará o respetivo feedback.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:01’:28’)

«Vamos passar às intervenções neste Período de Antes da Ordem do Dia, que devem ser centradas em assuntos de relevância para o Município e que não coincidam com as temáticas apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no Relatório da Atividade Municipal constante do ponto respetivo da Ordem do Dia, nem com a restante Ordem do Dia. Portanto, neste momento, a rotação inicia-se pelo Chega, depois o Partido Socialista, depois o ‘Unir Para Fazer’ e, por fim, o Partido Social Democrata. E vou, agora, abrir as inscrições. O Chega. Muito bem, temos o deputado Sérgio Louro. Do PS? Não há qualquer inscrição. Do ‘Unir Para Fazer’? Temos o deputado Pedro Cristo. Do Partido Social Democrata? Temos a deputada Margarida Alves, Sara Fernandes, Flor Agostinho e André Guimarães. Vamos começar, então, pelo Deputado do Chega, Sérgio Louro.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (01:02’:58’)

«Boa noite, senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores. Boa noite ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e aos restantes Secretários. Caros colegas Deputados Municipais. Público que nos assiste. Comunicação social, não sei se está cá. E às pessoas que acompanham os trabalhos lá em casa, via streaming.

Vou começar por distribuir uns mimos, como o PS costuma-me acusar, relativamente a ações desenvolvidas pelo Executivo e depois passarei às críticas construtivas.

Numa das últimas sessões, trouxe aqui um problema que se tratava do não funcionamento do elevador da piscina municipal da Gafanha Nazaré, que estava a causar transtornos às pessoas que estavam com crianças. O elevador já se encontra em funcionamento. Muito obrigado.

Continuando com a história dos elevadores, que também o público aqui trouxe o elevador, o Executivo não tem obrigação de saber tudo o que se passa e, portanto, cabe-nos a nós, às vezes, trazer a informação. Elevador do nosso estacionamento, aqui, entre o Centro Cultural e a Câmara está novamente sem funcionar. Tem uma placa temporariamente desativada que eu acho que já lá está há mais de um mês. Portanto, Senhor Presidente, ou os técnicos, deviam ver o que se passa.

Mudando de assunto, fui abordado acerca de um problema e, portanto, não cabe a mim fazer juízo de valor, mas cabe-me a mim questionar o Executivo e procurar saber o que se passa relativamente à hasta pública da concessão e exploração dos espaços comerciais do Mercado Municipal da Costa Nova. Portanto, ouvi aqui várias versões e foi-me dito que o Senhor Presidente depois acabou por anular o procedimento. Portanto, gostaria de saber efetivamente da sua boca o que é que se passou para então, aí sim, poder fazer um juízo de valor. Obrigado.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’: (01:00’:43’)

«Boa noite, Senhor Presidente, restantes membros da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, restantes Vereadores. Caros colegas desta Assembleia, Senhores Deputados. Público aqui, presente e público que nos está a ouvir em casa. Efetivamente, o primeiro ponto que aqui me trouxe, que me trazia, foi estragado logo pela primeira intervenção do Senhor Presidente da Assembleia. Isto porque, efetivamente, porque com certeza por um lapso de interpretação do Regimento, que se calhar cada um de nós interpreta de maneira diferente, mas um lapso de leitura do Regimento, a Mesa, unilateralmente, entendia que não haveria necessidade de haver transmissão. Eu digo isto com a vontade que falei com alguns colegas nossos deputados, que estão aqui presentes e quase nenhuns se aperceberam, efetivamente, do que é que estava em causa. Efetivamente estava em causa quebrarmos aquilo que, com muita garra, aqui foi defendido por todos nós para que o Regimento que tivesse estas alterações. E, por isso, só posso parabenizar, exatamente fazer as palavras do Senhor Presidente da Assembleia as minhas também. Parabenizar, digamos assim, pelo bom senso e pelo diálogo que é possível obter e que ele seja transponível para outras divergências que, eventualmente,

possam surgir. Gostaria de dar nota, tenho feito isso, e agora para uma deficiência profissional, dar nota da importância que é pensarmos a nossa Zona Industrial da Mota, não como um espaço de empresas, mas como um espaço que tenha mais, não digo vida, porque na zona das empresas não é possível fazer isso, mas, digamos assim, que tenham sítio onde tenham mais segurança, não só. Os tradicionais que eu assisti, não posso dizer isso, mas que assistia aquelas corridas que fazia há muitos anos, mas, por exemplo, por estarmos dois dias, as empresas na Zona Industrial de Ílhavo estarem dois dias sem comunicações por ter sido roubado linhas de comunicação E, por isso nós tivemos o azar que era naquela companhia que roubaram e, por isso, é de lamentar. Por isso eu digo que a nossa Zona Industrial terá que ter um plano a médio, longo prazo. Não é uma coisa que se faça de curto prazo, mas a médio e longo prazo para tornar, digamos, mais segura e se calhar mais controlada por essas situações. Mas não é uma situação pontual, são situações que têm regularmente acontecido.

Eu, por acaso, na preparação desta Assembleia, tinha lá um papel de 2022 que alguém aqui levantou um problema, porque andávamos a pôr luzes de Natal em outubro. Eu este ano, por acaso, andei a ver quando é que as luzes de Natal começaram. Também começaram no princípio de outubro, mas é só para dizer que o nosso concelho vizinho de Aveiro ganhou-nos desta vez, ok? Começou primeiro. É só porque foi uma preocupação que nós tivemos aqui, em 2022, era só para vos dar nota que essa situação, afinal, não é assim tão grave, também acontece nos outros. Dá jeito comparar com os outros quando nos interessa, quando não nos interessa, não dá jeito nenhum comparar.

Fazia referência, também, e parabenizar os nossos bombeiros, o nosso Município, a APA e as restantes empresas de granéis sólidos na nossa Zona Industrial da Gafanha da Nazaré. Eu penso que nós preferimos não saber o risco que existe na nossa Gafanha da Nazaré. Preferimos um bocadinho esquecer o risco que lá existe. E o risco é cada vez menor quanto mais precaução se fizer. E este passo que aqui foi dado na aquisição do veículo especial de combate a estes incêndios, com características próprias, efetivamente atenua, não completamente, mas atenua, digamos assim, o risco. Por isso tenho que parabenizar a nossa Câmara, a APA e as restantes empresas do nosso Município, por considerarem que é importante esse equipamento.

Para terminar. Eu queria pedir, efetivamente, desculpa à Mesa, desculpa aos senhores Vereadores, desculpa aos senhores Deputados, desculpa às pessoas que aqui estão e desculpa também a quem nos ouve lá em casa, porque, efetivamente, Ílhavo já começou com a sua *silly season*. Agora anda tudo mal, toda a gente dá opinião, na parte do PS e PSD, esgrimam quem é que tem mais argumentos para dizer que está tudo mal. E até concordam e dão seguimento, digamos, a opinião de cada um uns, inclusive entendem que o próprio Presidente da Câmara é um Presidente da Junta. Não sei se estão a elevar, digamos assim, a categoria do Senhor Presidente ou a querer denegri-lo. Penso que nem uma categoria nem outra são merecedores, ambas devemos de respeito. Mas eu só acho que o copo pode estar, de maneiras diferentes, visto por um ou visto por outro lado. Eu considero que o copo está 90% cheio. E digo com franqueza, o caminho teria que ser este. Os senhores com copo, PS e PSD, com um copo 10% de vazio fazem, como alguém dizia, numa sala vazia a voz até parece muito maior.

E vou-vos dizer o seguinte. É lógico que o Senhor Presidente da Câmara que aqui está, fez este caminho, traçou este caminho. Estamos aqui, hoje, para discutir alguns temas super importantes, mas geriu esta situação com o seu Executivo à sua moda. Se calhar o candidato do PSD nas últimas eleições, que não está cá, se calhar faria mais ou menos a mesma coisa e não faria muito diferente com as oportunidades e com a gestão, e faria, se calhar, na minha perspetiva, não faria tão bem.

Se calhar o candidato do PS, também não está cá, a esta Câmara, também não está cá, também, se calhar, nas linhas grandes orientadoras, se calha, poderia fazer a mesma coisa. Digamos eu próprio, se calhar, faria ligeiramente qualquer coisa diferente que fez o Senhor Presidente, mas as linhas mestras daquilo que Ílhavo precisava, o caminho certo que Ílhavo precisava relativamente a tudo que vamos aqui, principalmente, na componente orçamento, esse não é um caminho do UPF, não é o caminho do João Campolargo. Este é o caminho que Ílhavo, provavelmente, precisava, o apoio nesse sentido. É esta a minha intervenção. É só. Muito obrigado.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do Partido Social Democrata: (01:18':27")

«Muito obrigada, Senhor Presidente. Eu não vou falar de coisas que falarei mais à frente, portanto, quando somos aqui questionados, terão devida resposta no ponto da ordem de trabalhos que está definida para tal.

Mas eu vou começar a minha intervenção por desejar boa sorte ao deputado municipal André Guimarães pelas funções que assume como adjunto da Secretaria de Estado do Mar. Fiquei satisfeita por ter despacho para manter o seu mandato de deputado municipal em Ílhavo. Para mim é bastante importante contar com a presença do André Guimarães.

O que me traz aqui no período antes da ordem do dia é uma situação que já foi trazida não só pelo... pronto, aí, se calhar estamos outra vez coligados, Partido Social Democrata e o PSD, mas temos preocupações ambientais e o coletivo de gatos que veraneiam pelo paredão da praia da Barra, que põe em causa a saúde pública. E o Senhor Presidente de Câmara não faz nada. É da boca da população que isto sai. A praia da Barra, naturalmente, não é só um local de dois meses de veraneio, de turismo. Residem lá quase 2 milhares de pessoas e o seu dia a dia e a própria saúde pública se vê afetada quando existem mais de três dezenas de gatos que estão veraneiar na zona do paredão, que de cartão de visita para a praia da Barra pode ser desagradável, para quem nos visita de fora, mas preocupa-me é aquilo que se passa com a população da praia da Barra e, naturalmente, Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação, o concelho todo. Isto porque, e vou lembrar aquilo que nós já dissemos uma vez, a última campanha de desparasitação que existiu, promovida por Executivo Municipal, foi em 2021 pelo Partido Social Democrata. Era um programa de estratégia municipal de política de bem-estar animal e de controlo. Portanto, além da desparasitação e além da vacinação, também havia uma campanha de esterilização para evitar que seja, e posso dizer, existem canídeos que não reagem bem aos gatos, que podem pôr em causa a própria vida das pessoas que lá passam. E o Senhor Presidente de Câmara nada faz nada. Está-se a rir, Senhor Presidente? Ria-se à vontade, ria-se à vontade, porque as pessoas estão de veras preocupadas. As pessoas já lhe apresentaram este problema e o senhor fez zero. Ah, desculpe, não fez nada... fechou o parque infantil e vedou o acesso do parque infantil às crianças para que lá pudessem brincar. Acha isso correto? Não acho. Nós devemos, quando somos presidentes de Câmara, quando somos autarcas com lugares de Executivo, temos que olhar para todos. Naturalmente que os gatos têm direitos, mas o seres humanos também têm, os canídeos também têm. E, naturalmente, aquelas pessoas, quer dizer... houve uma altura que eram os cães vadios, diabolizavam os cães vadios e a recolha dos cães, e adotem um cão. E para os gatos ninguém faz uma campanha destas. Mas, ao menos tentei averiguar porque é que eles estão ali, porque eles para estarem ali é porque têm alimento. Se não houvesse alimento nada aconteceria. Façam uma campanha. Já não digo de esterilização, mas temos uma veterinária no CROACI, acho que existe toda a razão de o fazer. A cargo do erário público? Com certeza, porque isto é uma questão de saúde pública. E não é para brincadeira, isto pode trazer doenças para os humanos, para, nomeadamente, para os mais debilitados no seu sistema imunitário, que depois pode originar da falta de higiene, a falta de vacinação e desparasitação destes animais. São mais de 30, Senhor Presidente de Câmara. Isto é uma preocupação real. E não é só na praia da Barra que esses gatos podem andar, podem ir para a Gafanha da Encarnação, podem ir para, atravessam a ponte, para a Gafanha da Encarnação, para a Gafanha da Nazaré, para a Costa Nova. Estamos a pôr em causa a saúde pública. Este assunto já foi apresentado por nós e com certeza pelo Partido Socialista. Mas, neste momento, atinge uma gravidade atroz porque continuamos a não ter resposta do Senhor Presidente da Câmara. Se calhar, o seu sorriso é a sua resposta. Mas ao seu sorriso eu faço o meu lamento, porque isto é ignorar uma situação que é grave e a solução que arranjou foi fechar o parque infantil para as crianças brincarem. Guardarei uma segunda intervenção. Obrigada.»

Sara Fernandes, Grupo Municipal do Partido Social Democrata: (01:18:24”)

«Muito boa noite a todos. Primeiramente, cumprimentar o Presidente Mesa e a Mesa, na sua totalidade. O Executivo. Cumprimentar todos os Deputados aqui presentes. O nosso público e quem nos assiste lá de casa. Espero que todos se sintam cumprimentados.

Hoje, trago a esta Assembleia um tema que não deveria passar despercebido. A decisão da Câmara Municipal de Ílhavo não se recandidatar ao prémio Ecomunicípio, que é um reconhecimento que o nosso Concelho já recebeu em várias ocasiões anteriores. Este prémio trata-se, aliás, até celebra um compromisso ambiental e de sustentabilidade, algo que deveria ser motivo de orgulho e, mais importante de continuidade. Também nos anos em que o Município foi distinguido como Ecomunicípio, todos assistimos a uma verdadeira campanha de propaganda institucional. O reconhecimento é utilizado para reforçar a imagem da Câmara em comunicações, publicações e até eventos e sempre infantilizando o mérito do Executivo em matéria ambiental que, hoje, já estamos a ver que está a falhar em vários aspetos. Mas pergunto, por que razão a Câmara não decidiu-se recandidatar este ano? Será que deixou de acreditar no trabalho em prol da sustentabilidade? A decisão de não recandidatura afetaria

apenas a imagem externa do município. Eu acho que não, porque simboliza o abandono de um compromisso simbólico que deveria ser um estímulo para a continuidade das boas práticas ambientais no nosso Município. Que Mensagem é que vamos passar às nossas Ecofreguesias, como São Salvador e Gafanha da Nazaré, que têm tido este reconhecimento? Que incentivo é que vamos passar a todos os agentes locais, às escolas, às associações, aos cidadãos para continuar a trabalhar para um território mais sustentável? Recandidatar-se ao prémio Ecomunicípio não é apenas sobre receber uma distinção, é sobre reforçar um compromisso contínuo com a proteção ambiental, sinalizando aos munícipes, às freguesias e a todos os agentes locais que este trabalho não pode parar. Ao ignorar esta oportunidade, a Câmara abdica de liderar pelo exemplo, fragiliza o estímulo para dar continuidade às boas práticas, enviou uma mensagem de desvalorização a quem continua empenhado neste caminho. Acho que por todas as participações do Senhor Presidente neste fórum, seja na qualidade de Presidente da Câmara, seja nas funções anteriores, concordará que ser Ecomunicípio não é apenas um título, é uma responsabilidade. E uma responsabilidade de inspirar, liderar e de dar continuidade ao trabalho que tem sido feito. Porque para os cidadãos de Ílhavo a sustentabilidade não deve ser apenas uma palavra bonita para as campanhas, mas sim uma prática diária reforçada pelas nossas lideranças. E para os cidadãos de Ílhavo, como aqui foi visto pelas pessoas que aqui vieram falar, não chegam as palavras bonitas. Já na última Assembleia, eu falei aqui do tema do saneamento, especificamente na Gafanha da Encarnação, e falei também daquilo que aconteceu na procissão, que eu, pessoalmente, considero que é um desrespeito perante as pessoas da Freguesia, perante a Mordomia, perante a Paróquia. Acho que é muito lamentável tudo aquilo que aconteceu. E dito isto, só penso em concluir duas coisas: ou que o Senhor Presidente não ouve, não acha, não sei - como foram as suas palavras ainda há bocado - pouco a falar sobre este assunto, mas, hoje, podemos ver que isto é algo que incomoda as pessoas, que é algo que temos que resolver e tem que ser por antecipação. Temos que pensar por antecipação. Se as coisas já foram faladas antes, temos que tentar mesmo agir e resolver as coisas, porque é uma responsabilidade da Câmara. E o seu compromisso que fez, ainda agora, de rever e retificar, mostra claramente que o Presidente não pensa por antecipação. E que agora vai rever e retificar o mal que já foi feito. E eu espero, e gostava, que o seu compromisso que anunciou na Junta, perdão, que anunciou quando foi a apresentação das obras de saneamento na Gafanha do Carmo, de que ia estar mais atento à fiscalização, que ocorra, porque aí pelo menos será por antecipação. Obrigada.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do Partido Social Democrata: (01:23':27")

«Então boa noite. Boa noite a todos. Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia Municipal e quem não está a ver lá em casa. Eu gostava de começar por, enfim, por agradecer ao senhor Presidente da Câmara, e tal e qual como o nosso munícipe Horácio fez há bocado, pelo início da resolução dos semáforos do cruzamento na Pedra Moira, ali na Léguas. Já hoje vi lá uma passadeira, sintomático de que, finalmente, vão pintar a estrada, vão sinalizar com sinalização horizontal todas aquelas ruas, porque infelizmente fizeram a obra há mais de cerca de 1 ano e a sinalética não apareceu. Hoje vi lá uma passadeira. E penso que isso será o princípio da obra. No entanto, gostava de chamar a atenção porque vi lá um desenho que me pareceu ser uma pérgula ou, enfim uma rotunda. É que aquilo não vai bater certo, se for como está, mas enfim. Gostava também de agradecer a limpeza da linha de água junto aqui ao Mercado. Também penso que já começaram a fazer esse trabalho. É uma infelicidade para quem frequentava aquela zona, porque aquilo já era uma vergonha. No entanto, alerta mais uma vez para a necessidade de repararem todas, portanto, as madeiras que vedam ou que envolvem a linha de água, que estão podres muitas delas, muitas delas estão partidas, desapareceram, enfim, a manutenção não existe.

Depois, gostava de seguir aquilo que aqui no nosso colega Sérgio Louro já levantou. Senhor Presidente, no quadro da sua transparência, que sempre apela, e a comunicação com os munícipes que permanentemente propagandeia, gostava que nos dissesse aqui o que é que se passa ou o que é que se passou na tal hasta pública das bancas e lojas do mercado da Costa Nova, porque nós, enquanto munícipes e enquanto autarcas, acho eu, temos o direito a saber tudo o que se está a passar e não é através da comunicação social ou através do diz que disse, de várias opiniões contraditórias que nós podemos saber as explicações para a real necessidade do que lá vai ser necessário fazer.

Porque é que houve necessidade de reverter todo o processo e de suspender a tal hasta pública? Portanto, se o Senhor Presidente assim entender, gostava que me explicasse mais detalhadamente todo aquele processo para que nós possamos transmitir, de forma fidedigna, aos nossos cidadãos a realidade do processo.

E nesta ambiência, eu gostava também que o Senhor Presidente, se assim entender, nos transmitisse o que é que se passa com o pavilhão Capitão Adriano Nordeste. Hoje não teve piso, passou a ter piso, fomos ver os jogos à Universidade, voltámos para Ílhavo, agora voltámos para a Universidade. Para quando é que temos um piso? Quando é que o processo está resolvido? O que é que se passa com o piso? Quem vai pagar o piso? Também aqui gostávamos de ter conhecimento desta realidade, porque se não caímos aqui, enfim, no diz que diz, em afirmações incorretas, somos questionados sobre o que é que aqui questionamos, enfim, parece que não somos minimamente respeitados porque não temos conhecimento das questões e, enfim, somos confrontados, quer com munícipes, quer com adeptos, quer com, enfim, com as pessoas que assistem aos jogos, com os sócios. Andamos neste filme, diz que é janeiro, não sei se é janeiro, se é fevereiro, mas gostávamos de ter conhecimento, se o Senhor Presidente assim entendesse. Se não entender, portanto, ficaremos sem saber e fica, Senhor Presidente, com o ónus da não explicação.

Aproveitava, também, para enaltecer e agradecer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o facto de ter estado presente na exposição comemorativa 200 anos da Vista Alegre, que se está a realizar no Palácio Nacional da Ajuda, e que teve na sua inauguração a presença do senhor Presidente da República. Penso eu que é uma exposição digna dos ilhavenses. É uma exposição que, enfim, enaltece o trabalho desenvolvido por uma fábrica que tem 200 anos, que é um ícone do nosso Concelho. E o Senhor Presidente fez o favor de estar presente e penso que foi uma boa forma de representar o nosso Concelho e dizer presente a todos aqueles que por lá estavam, de uma forma digna e respeitável.

Gostava também de referir, apesar de não ter podido estar presente, mas já vi as imagens, que mais uma vez se realizou a Assembleia Municipal Jovem. Continuo a dizer e a afirmar, como já afirmei na reunião de líderes, que é para manter porque os nossos jovens participam, estão entusiasmados e acho que estamos aqui a criar cultura política e estamos a criar os nossos vindouros, os nossos sucessores na causa pública e na causa política que é necessário para que o futuro se mantenha. Portanto, mais uma vez meus agradecimentos, Senhor Presidente, acho que isto é de louvar, a realização da Assembleia Municipal Jovem, e de continuar. Enquanto eu cá estiver e puder, cá estarei para colaborar e para ajudar no que for necessário.»

André Guimarães, Grupo Municipal do Partido Social Democrata: (01:29:47”)

«Boa noite. Eu, antes até de começar com a minha intervenção, até gostava de dar uma palavra ao Agostinho por causa daquilo que disse agora sobre a Assembleia Jovem. Temos que ter cuidado porque não sei, como temos jovens a fazer política, eu não sei se podemos, jovens de 14, 12 e 11 anos, poderem fazer coisas de adultos, de participar em assembleias e, enfim, participar assim em concursos de ideias... no fundo, prosseguirem as suas vocações. Não sei se é muito... da próxima vez, quando houver reunião de líderes devem, até é uma nota que deixou à mesa, para confirmarem se o Unir Para Fazer está totalmente de acordo com isto. Há algo que eu espero que também estejamos todos de acordo e com o facto de termos assinalado esta semana o 25 de novembro, uma data para nós refletirmos sobre como chegámos até aqui e perceber o que representou essa data para a nossa democracia e para a nossa liberdade. O 25 de Abril, sim, foi a abertura das portas da liberdade e da democracia no nosso país, mas foi a 25 de novembro que consolidou esse caminho, evitando que Portugal resvalasse para os extremos e assegurasse que a nossa jovem democracia fosse representativa, pluralista e inclusiva. Foi a vitória da moderação sobre o radicalismo. E tanto que se pode dizer sobre isso nestes tempos que vivemos. Naquele dia, as forças extremistas tentaram impor ao país um modelo político que ignorava a vontade popular expressa nas eleições da Assembleia Constituinte. Os portugueses queriam democracia e não uma nova ditadura. Durante o Verão Quente, Portugal enfrentou o risco de cair num regime autoritário de inspiração Soviética. Atos de violência, confrontos entre fações políticas e até tentativas de sequestro de membros do Governo. No entanto, no dia 25 de novembro, os militares moderados, liderados por Ramalho Eanes, fizeram prevalecer a ordem democrática, repelindo uma tentativa de golpe radical. Este momento garantiu que as instituições democráticas se fortalecessem. Sem o 25 de novembro não estaríamos aqui nesta Assembleia Municipal, nós não estaríamos a exercer o nosso mandato de forma livre e, provavelmente, pessoas como eu, que defendem aquilo que acreditam, estariam presas ou, no mínimo, silenciadas. É por isso que é tão importante saudar a decisão da Assembleia da República para celebrar esta data. Não é apenas uma celebração de eventos passados, mas uma reafirmação do compromisso com os valores da liberdade, da pluralidade e da democracia. O 25 de novembro não foi uma contrarrevolução. O 25 de novembro foi um complemento do 25 de Abril, que garantiu que os ideais da Revolução dos Cravos pudessem

prosperar. Termino citando General Ramalho Eanes, que recentemente afirmou que o 25 de novembro foi indispensável para cumprir as promessas de honra dos militares à população. Nós, hoje, somos os beneficiários desse compromisso. Que este dia nos inspire a preservar o que conquistámos e a continuar a construir uma democracia forte, participativa e de todos.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:32':57")

«Muito obrigado. Terminada esta primeira ronda, Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:33':04")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Passaria aos senhores vereadores para fazer as suas intervenções.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (01:33':14")

«Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa. Todos os membros desta Assembleia.

Eu vou-me reportar, naturalmente, à referência que é feita na ausência de compromisso no que concerne à política para o área do ambiente. Muito mais que a submissão de uma candidatura, é preciso olhar para aquilo que tem sido feito em equipas que têm vindo a sofrer cada vez mais pressão, tendo em conta aquilo que são os desafios atuais, que decorrem de todas as competências que a Câmara tem assumido. No mundo, nesta matéria, na área do ambiente, existe também muita preparação, muita competência e capacitação. E naturalmente, dizer que não existe compromisso nesta matéria é um bocadinho, é uma afirmação um pouco errada.

Nós, neste ano trabalhámos o Plano Municipal da Ação Climática. A recolha de biorresíduos de proximidade está a arrancar com um projeto piloto definido, em pontos de recolha definidos na nossa comunidade. Há um ano que arrancámos com a recolha de biorresíduos nos grandes produtores. Todos os anos, durante este mandato, têm sido adquiridos conjuntos de ecopontos, ou seja, conjuntos de trífuxo de separação de resíduos e apostando num investimento permanente na renovação e no aumento do número de equipamentos disponíveis no espaço público, para utilização de toda a comunidade. Já para não falar de tudo aquilo que está a ser preparado e que tem vindo a ser discutido no seio das reuniões de Câmara no que concerne à política ambiental a ser implementada. Principalmente de contato direto com a nossa população, porque percebemos que, efetivamente, essa é uma medida que tem que dar frutos porque as redes sociais, o boca a boca, não estão a conseguir chegar lá. Há aqui matéria muito profunda a ser trabalhada com os nossos munícipes no que concerne aos resíduos e ao ambiente e também à biodiversidade. Parece, por vezes, interessa falar de biodiversidade, mas aprender um pouco mais sobre a biodiversidade é aborrecido, custa imenso ouvir e acho que efetivamente nós temos, todos, que pensar que isto é importante no nosso espaço público e naquilo que será o futuro da nossa Comunidade. Temos que pensar deveras nessa situação. Por isso, aceitando a nota que refere relativamente à referência da candidatura a município, a verdade é que o compromisso mantém-se, não... o compromisso aumenta inclusive com aquilo que se verifica nos próprios eventos, naquilo que tem sido o investimento em equipamentos que tem vindo a ser feito nos últimos anos e todo o alargamento da rede de oleões por isso. Não é efetivamente um galardão que vai afetar aquilo que é o compromisso assumido relativamente à política ambiental. Senhor Presidente.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (01:37':15")

«Boa noite, Senhor Presidente. Restante mesa. Senhor Presidente da Câmara Municipal. Senhores Vereadores. Caros Deputados. Caros funcionários municipais. Público aqui presente e quem nos segue a pela transmissão.

Bem, cabe-me responder aqui às questões que foram elencadas pela Senhora deputada Margarida Alves relativas à causa animal

Refiro que começou muito bem a sua intervenção quando referiu que havia assuntos que vão ser falados mais à frente ou mais discutidos, mas depois acabou por falar também neste assunto de uma forma tão genérica e que está tão bem descrito, também, na Atividade Municipal. No entanto, cabe-me também, como já fiz na última sessão da Assembleia Municipal, recordar aqui alguns valores de investimento e aquilo que tem sido feito., Porque acho que também não é muito correto quando nós vimos uma Assembleia e dizemos só por dizer e reforçamos novamente coisas que não são verdade. Portanto, volto a referir aquilo

que já disse noutra sessão, que as campanhas de esterilização não acabaram. As campanhas de esterilização não só não acabaram, como foram reforçadas. Portanto, vou-lhe só dar aqui alguns números e tenho aqui uns números de toda a causa animal desde 2003 até à data de hoje. No que diz respeito aos contratos de esterilização com uma empresa prestadora de serviços, porque é assim que é, uma clínica de medicina veterinária que executa esterilizações, o Município de Ílhavo investiu, de 2019 a 2021, porque o contrato só começou em 2019, 18.057 euros. Estou a fazer contas até final de 2021, apesar de ter havido uma alteração de mandato em outubro de 2021. Portanto, temos, em três anos, de 2019 a 21, 18.000 euros, sensivelmente. Desde 2022 até 2024, e estes dados já tem um mês de atraso, temos 31.500 euros. No que respeita a investimentos em cheques veterinários, que também preveem trabalhos de esterilização, o Município começou com este programa com a ordem dos médicos veterinários em 2018. De 2018 a 2021 foram investidos, pelo município, 21.451 euros. De 2022 a 2024, foram investidos 31.142,89 euros. Portanto, parece-me que os programas não acabaram. Eu gostava também de ter aqui, neste momento, mais dados, mas não tenho no meu e-mail, mas posso-lhe referir que com a empresa que nos presta os serviços de esterilização, porque desde que começou este mandato já tivemos dois procedimentos para a prestação de serviços de estabilização, mas desde maio até à cerca de um mês foram feitas quase 200 esterilizações. Portanto, o programa funciona, o programa está em vigor, portanto, o trabalho está a ser feito. Naquilo que refere, agora mais em concreto, e sim que não está referido na Atividade Municipal, que é um caso concreto que trouxe, que é um caso de saúde pública aquilo que nos veio retratar no molhe sul da praia da Barra. De facto, é um caso complicado que nós temos no nosso território e sobre o qual já recebemos várias reclamações. E por se tratar de um problema de saúde pública, já envolveu várias áreas desta Câmara Municipal, porque não pode envolver apenas a nosso médico veterinário, mas também tem que envolver a proteção civil. Então, as medidas que foram já tomadas, num trabalho conjunto, foi de fazermos uma desinfestação e uma desinfeção, pelo menos, de 2 em 2 semanas, e foi criar abrigos que foram instalados, abrigos para gatos, umas pequenas casas de madeira que tenham condições para que os gatos se possam abrigar. Tem sido feito um trabalho com uma pessoa, que é pessoa que alimenta aqueles animais, e daí eles se reunirem naquele local, uma pessoa que teve a sua responsabilidade ao os alimentar e que não podemos a descartar esse papel que a pessoa fez, não é, e que tem tido, portanto, temos que o respeitar. Portanto, fez-se um trabalho com essa pessoa, e tem-se vindo a fazer, para conseguirmos mobilizar os animais, afastando-os do parque infantil. Contudo, ainda não temos os resultados que gostaríamos. No entanto, a par desse trabalho também temos vindo, com algumas pessoas também da comunidade, porque os animais são animais que não são domesticáveis, poucos deles vêm à mão, tendo já conseguido recolher alguns e alguns já foram esterilizados. Portanto, à medida que conseguirmos, sabemos que o objetivo será esterilizá-los todos. Portanto, é uma situação que a comunidade tem reclamado e que temos estado bastante atentos para darmos a melhor resposta, mas é, de facto, um problema que temos no que respeita colónias de gatos. Talvez seja o problema que tem mais destaque, portanto, é uma zona muito movimentada, mas temos trabalhado nas várias áreas desta Câmara Municipal para darmos a melhor resposta. E é tudo que me cumpre informar, Senhor Presidente.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:43:02”)

«Muito obrigado. Obrigado aos Senhores Vereadores pelas propostas bem claras e com números para que fique claro o trabalho que é feito pela Câmara Municipal de Ílhavo.

Relativamente ao senhor Pedro Cristo quero-lhe agradecer as referências que fez. Claro que também fica o convite hoje, para nós, às 5:30, do próximo domingo, acendermos as luzes de Natal. Portanto, estaremos convictos que nada irá falhar e, portanto, com as nossas iluminações espalhadas por todo o nosso Município e também com a nossa aldeia Natal de Vale de Ílhavo terão esse sucesso também tão esperado.

Obrigado por esta referência que fez, também, ao VECI [*Veículo Especial de Combate a Incêndios*]. É realmente um trabalho que foi feito, é uma marca histórica que ficará no Município de uma Câmara empenhada, de uma Associação Humanitária dos Bombeiros e também de uma Administração do Porto de Aveiro, na pessoa do seu presidente e os restantes elementos. Fizemos um elogio muito grande às empresas, que são elas que têm maior fasquia de investimento de 350.000 euros nesta aquisição, um modelo único, julgo eu, a nível europeu e nacional de aquisição de um veículo que será entregue aos bombeiros em que agora também vamos ajudar, nós, Câmara Municipal, na formalização do procedimento para a aquisição dessa viatura.

Dar uma nota importante também àquilo que referiu. Parece que agora realmente é altura de tudo estar menos bem e tudo ser referências. E agradeço-lhe também essa menção. E também o elogio que fez do meu trabalho de 8 anos enquanto Presidente de Junta e agora já com 3 anos, com um excelente Executivo também na Câmara Municipal e com uma Assembleia, que também parabeno todos aqueles que foram eleitos e que estão aqui sem referências nenhuma contrárias a isso mesmo.

Queria também deixar aqui uma nota importante pelo trabalho que o Senhor Vereador tem feito na gestão do CROACI, com a colocação e o aumento do CROACI, respetivamente, a colocação também de um gatil no CROACI. E também apelar, mais uma vez, a que todos aqueles que falam e que fazem referências sobre isso que se dirijam ao CROACI e que peguem num cão ou num gato que ofereçam a quem puder ser ou que vão buscar e que estimem eles próprios. Que isso é que é uma grande vitória, porque temos realmente sempre a estrutura lotada. Também vejo que há preocupações que muitas das vezes não são tão bem, não são felizes essas referências, mas o senhor Vereador já clarificou. Ficámos todos também com a noção daquilo que são, realmente, os números.

Quanto à Sara, nada a dizer. A senhora Vereadora esteve extremamente bem. Só temos que elogiar o trabalho que vamos fazendo, e saber também que, ao conhecer perfeitamente as regras de candidaturas de algumas coisas, saber se estamos melhores ou piores e aquilo que queremos ter. Se queremos ter um grau de ouro, se queremos ter um grau de prata ou se queremos ficar no mesmo nível. E, portanto, podemos perguntar também aos outros sete municípios porque é que não participaram? E porque é que só três é que entraram? E porque é que o galardão tem vindo a perder a permanência de municípios lá? Portanto, podemos questionar aqui muitas coisas, mas também já percebi que é entendida nessa matéria. Portanto, valorizo muito isso.

Olhe, e lamento muito, também não conhecia que o Município só teve essa distinção quando este Executivo cá está, mas as suas referências ficam para quem ouve lá em casa e fica a verdade de quem pede explicações sobre isso. Portanto, se quiser uma explicação sobre o que é que isto é, um ecomunicípio e quando é que foi ecomunicípio, também lhe dou: olhe, foi o ano passado. Só o ano passado, mesmo.

Relativamente àquilo que o senhor Flor Agostinho refere. Muito obrigado por todas as referências. Só tenho a agradecer e dizer-lhe também que iremos rever também essas madeiras e essas pontes. Se calhar até vamos colocar uma ponte nova, mas até me parece que é um trabalho que já podia existir há mais anos. Fazemos agora referência a um bocado, num olhar para trás, ou então só agora é que passamos nessas zonas e começamos a ver isso. Mas fico contente por andar tão atento a esses pormenores na via pública, porque também eu conheço nas suas intervenções há muitos anos e nunca o ouvi intervir dessa forma. Enquanto Presidente da Junta fiz muitas intervenções, corrigiram estes mesmos problemas que agora o senhor os refere à Câmara. É engraçado. O Senhor andou entupido durante uns anos, se calhar.

Relativamente àquilo que é o pavilhão Capitão Adriano Nordeste, que fique claro que estivemos sempre disponíveis na Câmara Municipal para explicar o que é que se passou no Capitão Adriano Nordeste. Um procedimento simples, com um concurso que uma empresa ganhou. A empresa teve problemas na execução da obra e só nos cabia a nós resolver com a empresa todos os problemas que ela nos causou. Paralelamente, pedimos a uma entidade muito especial para a Câmara Municipal de Ílhavo, que se chama Universidade de Aveiro, através do seu Reitor, dois meses antes da obra iniciar, a cedência de um pavilhão, se fosse possível.

Portanto, não preciso ligar para ninguém. O senhor tem é que acreditar nas pessoas que estão a falar para si, não é nos que não falam para si. E, portanto, relativamente a essa matéria, fizemos esse trabalho.

E, depois, elogiar também a presença do senhor vereador Tiago, também, hoje em funções na Universidade, que diagnosticou toda a necessidade que nós tínhamos, avaliou e ajudou-nos também a resolver sempre com a permissão daqueles que lideram a Reitoria da Universidade de Aveiro. Portanto, tivemos essa proximidade. Gerimos melhor aquilo que era a utilização dos dois pavilhões das escolas secundárias. O Illiabum aumentou o seu número de atletas, aumentou a frequência. Tentámos soluções fora de Ílhavo para que o Illiabum treinasse, inclusive transitámos tabelas de Sangalhos para Fermentelos para ver se o Illiabum podia lá chegar e treinar para não causar qualquer transtorno à sua equipa. Partilhámos sempre isso com o Senhor Presidente e tivemos também uma solução com a empresa, que foi avaliarmos todos os prejuízos, responsabilizarem-se por esses mesmos prejuízos, remover o piso que tínhamos lá porque não estava em condições, arranjar um antigo piso que o pavilhão tinha e repará-lo, envernizá-lo, pô-lo em condições enquanto se resolvem os

problemas da cobertura, por conta do empreiteiro. Depois, fizemos a negociação da aquisição de um piso que não está pronto de um dia para o outro, nem ao clicar de um dedo se podem fazer procedimentos nesta Câmara. E o senhor, como é entendido nessas matérias, muito mais do que qualquer outra pessoa, sabe o tempo que essas coisas demoram. E, portanto, fizemos todo esse trabalho. Percebemos que só em janeiro nos entregam, encontramos uma solução intermédia de um piso alugado para responder às expectativas do Illiabum. O piso alugado é o piso em que a Federação Portuguesa de Basquetebol joga, portanto, foi servir este fim de semana, dia 23, foi retirado no dia 19, foi colocado no dia 25. Não percebo quais são as dúvidas, não percebo o que é que se diz, até nem percebo porque é que o senhor já é um ativista no Facebook? Fico muito contente. Quando quiser saber das casas de banho, também lhe damos resposta. E o senhor se lesse também aquilo que foi às reuniões de Câmara, e tudo, já vi-a os compromissos que a Câmara assumiu sobre essas matérias. Portanto, não precisa de andar a escrever e a perguntar se agora vão reparar também as casas de banho. Pode perguntar ao Senhor Presidente da Câmara ou à Câmara. O senhor está à vontade. Não precisa de me responder que o senhor tem que estar, como eu estive a ouvi-lo.

Portanto, o senhor faz esse trabalho direitinho, não tem problema nenhum. Nós faremos todo o trabalho que for preciso e reparamos aquilo que os outros não fizeram. Aquilo que os outros não fizeram. Portanto, estamos completamente tranquilos sobre essa matéria.

Relativamente à Vista Alegre, fico muito contente por toda a realização destes 200 anos. Tudo o que aconteceu na Vista Alegre foi importante para nós e será muito mais importante para a Vista Alegre. Espero os melhores negócios, o maior sucesso desta fábrica com 200 anos.

Relativamente ao senhor André Guimarães, elogiar também o que disse.

E, portanto, deixar também só uma nota referente a mais um assunto que me parece aqui interessante e que foi referido por senhor Pedro Cristo. Eu penso que esta situação de nós termos o copo que está 90% e do outro lado está o 10% e que se ouve muito mais. Já nos vamos habituando, caro deputado Pedro Cristo, e, portanto, estamos com alguma naturalidade a viver esse problema. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:51:48")

«Muito obrigado. Vou abrir a segunda ronda de inscrições. Do Chega, portanto, temos o deputado Sérgio Louro. Muito bem. Do PS? Deputado Pedro Martins. E é só. Unir Para Fazer? Pedro Cristo. Do PSD? Margarida Alves e o Flor Agostinho. Vamos então começar pelo Deputado do Chega, Sérgio Louro.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (01:52:47")

«Senhor Presidente, estava à espera de ouvir da sua boca, efetivamente, o que é que se passou com o procedimento de hasta pública para a concessionar os espaços das bancas e as lojas do mercado da Costa Nova. Até porque é importante fazer esse trabalho. Não estamos contra isso, até estamos a favor disso. Assim como é importante também regular os abusos que há no consumo de água, energia elétrica, por exemplo, do lado das bancas do peixe. O senhor também, o senhor e o seu Executivo não são responsáveis, é uma herança, mas é preciso pôr regras na casa. E, portanto, realmente, continuo à espera, assim como colega deputado Flor Agostinho, de sabermos realmente que trapalhada se passou porque já há ameaças de algumas pessoas avançarem para outras instâncias contra a Câmara. Isso é lamentável. Não gostaria de ver mais processos em tribunal contra a Câmara. Obrigado.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (01:54:06")

«Muito obrigado, Senhor Presidente da Mesa. Boa noite a todos. Eu começava aqui, vou tentar ser breve, em relação aos poucos pontos que tenho aqui, mas gostava de colocar uma questão à Mesa porque eu fui, fomos confrontados com ela logo no início, na primeira intervenção do Senhor Presidente da Mesa. Relativamente a uma questão que teve a ver com a transmissão em direto, que terá estado em risco, a transmissão em direto desta reunião da Assembleia Municipal. Entretanto, depois ouvi o deputado Pedro Cristo a referir-se também ao mesmo tema. Eu sei que houve uma Comissão Permanente que reuniu, a antiga conferência de líderes, mas por circunstâncias, enfim, que nos são alheias, o Grupo do PS não teve conhecimento do que é que efetivamente se passou. Portanto, gostava de esclarecer porque se houve partidos, se houve grupo que pugnou pela transmissão em direto da Assembleia Municipal, e defendia também o mesmo para a Câmara Municipal, foi o Grupo do Partido Socialista. Isso é uma verdade inelutável e, portanto, gostávamos de saber o que é

que esteve em risco e porquê. Porque é uma questão que tem particular importância. Esse era o primeiro ponto.

Depois, eu tinha aqui uma questão, enfim, que não tem grande importância, mas tem alguma. Ainda agora o Senhor Presidente da Câmara referiu-se às luzes de Natal que estão para breve, para, enfim, serem inauguradas, vamos dizer assim, na próxima semana. E isto lembrou-me a questão, que também já tínhamos pensado sobre ela, da iluminação pública no Concelho. Nós vivemos numa era de transição climática, na era da transição energética, em que é importante, enfim, todos sabemos isso, são lugares-comuns que nos acompanham diariamente, mas todos sabemos os cuidados que há que ter com o consumo de energia, com a iluminação, as energias fósseis, das energias que resultam dos combustíveis fósseis, e substituí-las pelas eólicas, pelas solares, por isso tudo. Bem, realmente o consumo é uma questão fundamental, uma questão essencial. Digamos, os consumos, a redução dos consumos, a eficiência energética, etc. Bem, mas aqui e a seu tempo, a iluminação pública, aqui em Ílhavo, portanto, as lâmpadas foram substituídas por leds. Mas a questão que nós temos assistido e vivenciamos é que nós praticamente parece que regressámos há era, há época das trevas, porque, efetivamente, eu não vou dizer que seja só exclusivo do Município de Ílhavo, mas parece-nos que é pelos leds que foram instalados, que eu sei que não foi do Senhor Presidente, ou, se calhar, alguns já foram deste atual Executivo, sei que o anterior Executivo já tinha instalado leds. Mas parece-me que, efetivamente, já podíamos e devíamos ter uma iluminação pública mais, sim senhor, percebendo as razões que nos levam, enfim, aquelas que eu acabei de enumerar há pouco, relativamente à transição energética, à eficiência energética, etc. Mas termos uma iluminação pública um bocadinho melhor e não termos só, digamos, na época de Natal. Olhe, aqui no centro, com as luzes de Natal, não termos só nesta altura. Procurar, então, ter uma melhor iluminação no Concelho, não só nas zonas centrais, mas fundamentalmente no centro das nossas cidades. Pronto, esse era um ponto que não tendo muita importância, terá alguma, até porque a questão da iluminação pública é fundamental, até por razões de segurança, etc.

Outra questão que eu gostava de trazer aqui é que os senhores, quando eu digo Senhor Presidente da Câmara é o atual Executivo, resolveu lançar uma campanha de apoio ao comércio local, ao fim de três anos de mandato. Ok, pronto. Mais vale tarde que nunca. Mas sendo certo que criticaram a anterior campanha que teria os mesmos moldes, que tinha sido lançada na altura da pandemia, se bem estou recordado, pelo anterior Executivo, liderado pelo engenheiro Fernando Caçoilo, parece que esta campanha pouco difere da campanha anterior. Portanto, na altura criticaram a campanha deles e acabaram com ela. Tudo bem, se calhar ela realmente não nutriu, não teve grandes efeitos, mas gostava que se assim é, como acabei de dizer, gostava de saber em que é que fundam a vossa esperança de que esta campanha será realmente uma campanha mais interessante e que possa, realmente, efetivar um apoio mais concreto ao nosso comércio local?

Depois, porque foi falado aqui, não posso deixar de tecer algumas considerações à questão do Illiabum. Senhor Presidente da Câmara, não tenho dúvidas que procuraram as melhores soluções para resolver o problema. Não tenho dúvidas absolutamente nenhuma. O problema é que, a questão é que o problema nunca devia ter surgido, o que levou a Câmara Municipal a agir, e bem, para encontrar soluções, para reparar o que foi mal feito, para encontrar um espaço para o Illiabum jogar. O Illiabum tem dimensão regional. Jogar em Ílhavo, em Aveiro, não há problema. E enfim, jogou muito bem em Aveiro. E talvez tenha levado a que mais pessoas sejam seus simpatizantes e que acompanhem o seu campeonato e os seus jogos. Enfim, pronto. Isto brincando um pouco. Mas a questão, não é sobre as soluções que, entretanto, se encontraram e o trabalho que se fez. A questão é o problema ter surgido. Faltou fiscalização da empreitada? O projeto do empreiteiro não foi devidamente escolhido, não acautelou determinadas condições, considerando, por exemplo, condições meteorológicas? A questão é essa. É que este problema nunca devia ter surgido. A Câmara depois atuou. Acredito que bem, pelas palavras que o senhor Presidente da Câmara acabou de referir. Mas não devia era ter havido o problema que levou a esta atuação.

Relativamente, também, ao que foi aqui falado dos votos de louvor e dos votos de pesar.

Nunca nesta Assembleia Municipal, estou a intervir nisto, no PAOD, até nem devia ser de intervir, mas enfim, a questão foi levantada, houve aqui já alguns consideramos sobre essa questão, mas eu sinceramente os votos de pesar e de louvor, nesta Assembleia Municipal, foram sempre de voto de braço no ar. E não creio que o Regimento seja muito explícito nessa questão. Eu sei, eu conheço o Regimento. Eu conheço o Regimento. Mas, enfim, há os regimentos, há os usos e costumes, e só ao fim de três anos é que a questão foi levantada? Ao fim de três anos é que se lembraram disso? Pronto. Tudo bem. Ok. Eu acho que não há necessidade nenhuma dos votos de pesar e dos votos de louvor serem de braço no ar. Não

há razão nenhuma para que assim não seja. Não há, não há, para que sejam de braço no ar. Portanto, não vejo nenhum impedimento regimental ou legal, até. Não se visa eleger ninguém para nenhum cargo. Enfim, não vejo razão de fundo para que deixe de ser assim.

E depois a questão que foi aqui referida dos concursos, dos festivais, dos concursos de música para menores, para jovens. A ver quem é que não se recorda do Sequim d'Ouro, de Itália? Isto tem décadas e décadas. Os mais velhos, não é chamar velho a ninguém, mas os mais velhos recordam-se bem disso, sempre houve concursos.

Depois, o André Guimarães tirou-me as palavras da boca, porque efetivamente, então, teria que se proibir toda a manifestação dos menores, dos jovens, das crianças em qualquer ato da nossa vida social, desportiva, cultural. Qualquer dia proíbe-se a transmissão de jogos de iniciados, juvenis e juniores. E os nossos Ronaldinhos, como é que vamos fazer aos nossos Ronaldinhos, por aí fora?

Não acho sentido nenhum porque não se trata de explorar menores, não é isso. Peço desculpa, mas isso não faz sentido absolutamente nenhum. E é uma tese peregrina, uma tese peregrina vir falar na proteção dos menores relativamente a isto. Foi muito bem referido aqui, então, qualquer dia, também seriam proibidas as assembleias municipais jovens, como disse o André, muito bem, porque isso também expõe os jovens. Se eles fizerem aquilo contra a vontade deles, isso é outra questão. Mas não é o que se passa aqui.

No PAOD, nós devemos-nos cingir ao nosso Concelho, mas foi aqui referida a questão do 25 de novembro. Eu aproveito também para felicitar o André Guimarães pelas novas funções. Para não ser só o PSD a felicitar, também ficam as felicitações do Grupo do PS, mas o André Guimarães referiu aqui a questão do 25 de novembro que só veio fraturar, na nossa opinião, só veio fraturar esta sociedade. E ao fim destes anos todos, eu gostava de recordar que esta AD, estes partidos PSD e CDS, foram a mesma coligação que resolveu acabar com o feriado nacional do 5 de outubro. Foram a mesma coligação que resolveu acabar com o feriado da Restauração da Independência. O feriado do 5 de outubro, da Instalação da República, e o feriado do 1.º de Dezembro, da Restauração da Independência de Portugal. Portanto, vai-se a ver e nós, qualquer dia, devemos ser o único país do mundo que tem duas datas para comemorar uma revolução. Isto não passa pela cabeça de ninguém. Peço imensa desculpa. E, já agora, repor um pouco da verdade histórica. O 25 de novembro de 75 resolveu foi a vitória dos moderados, como foi muito bem dito, foi a vitória dos moderados contra os extremismos de esquerda e os extremismos de direita. Isso teve uma figura militar notória de que todos conhecemos, que é o General Ramalho Eanes, e teve no campo político, no campo cívico e político, a figura do doutor Mário Soares, como aliás, foi referido pelo Presidente da Assembleia da República nas cerimónias dessa comemoração. Portanto, o que acontece é que isto vai ser, como foi a extinção dos feriados, passageiro. Porque mal mudou o poder, os feriados foram, digamos, restaurados. O que vai acontecer é que um dia que mude o Governo acaba esta comemoração do 25 de novembro porque não faz sentido absolutamente nenhum. Foi uma continuação do 25 de Abril e não faz sentido absolutamente nenhum.

Recordar que quando eu falo em extremismos de esquerda e direita que queriam ilegalizar o PCP. Não esquecer isso, queriam ilegalizar o PS, o PCP e afastá-lo da solução democrática deste país. E isso não foi por diante graças à ação dos militares naquele dia, mas graças à ação dos moderados, do Grupo dos Nove e de Mário Soares, que era a figura, digamos, o farol, à época, do início da democracia. Portanto, também gostava de fazer essa chamada de atenção.

Relativamente à aquisição da viatura dos bombeiros. Sim, senhor, felicitar todos os intervenientes nessa solução, nessa aquisição dessa viatura, incluindo a Câmara Municipal, naturalmente, mas também uma palavra de apreço ao Presidente do Conselho de Administração do Porto de Aveiro, doutor Eduardo Feio, que foi capaz de fazer uma coisa que é difícil encontrar que é agregar os interessados, autarquia, empresas, etc., para que essa aquisição fosse possível. É bom não esquecer uma palavra que também gostava de referir, aliás, foi aqui referida também, uma palavra de apreço ao doutor Eduardo Feio, por quem tenho uma enorme estima. Muito obrigado.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (02:06':55")

«Novamente, boa noite a todos.

Antes de mais parabenizar o André Guimarães pelas suas novas missões. Erro meu, não conheço o currículo do André, mas com certeza absoluta, pelo seu desempenho que tem tido nesta nossa Assembleia, terá um excelente desempenho e para Ílhavo é mais um representante no poder central que podemos usufruir com as suas influências, para que tenhamos mais oportunidades dentro de um setor tão importante para nós.

Gostaria de, talvez para percebermos um bocadinho da situação de algumas reclamações, talvez quem tenha construído a sua própria casa com o empreiteiro, com o canalizador, com o electricista, perceba que quando a gente tem o empreiteiro, pedreiro ou outra pessoa a trabalhar nas nossas obras, a gente define quando manda parar, parou, se mandarmos por mais um tubo, pagamos mais um tubo, se mandamos alterar o muro que ali está, pagamos mais um muro. Quando estamos a falar em obras com alguma dimensão e, por exemplo, tivemos aqui alguns exemplos, na questão do saneamento ou, eventualmente, na cobertura, estamos a falar em obras de cariz público. Eu não posso dizer numa empreitada de 4 ou 5 milhões de euros que “olhe atrase lá isso mais um bocadinho ou faça isso mais”. Se os outros conseguem fazer eu tenho que dar os parabéns, mas por aquilo que eu conheço, em termos de funcionamento as coisas não são muito assim. Inclusive, aquilo que nós vamos votar daqui a bocado, no ponto 2, nós vamos votar uma coisa muito importante que é quem faz o acompanhamento das obras, no caso de grandes obras que hadem vir aí, e, neste caso, nestas obras existe quem o faça. Existem, exatamente, elementos que fazem, digamos, esse próprio controlo. Nós temos uma definição do que é o poder político quando nos interessa. Dizemos que as decisões políticas do executivo interessa-nos que sejam assim, devem ser assado, mas depois também queremos que o Senhor Presidente da Câmara seja o Presidente da Junta para tratar dos assuntos do caixote dali, do caixote dacolá e agora também queremos que ele seja um inspetor. É isso que nós muitas vezes queremos e temos que ter noção de que as coisas têm cada um a sua responsabilidade. Nós temos a responsabilidade, aqui, de transmitir, efetivamente, mas também temos que ter a responsabilidade de não tentar ludibriar quem nos ouça.

Há aqui uma dúvida, eu estive na última negociação do nosso Regimento e uma das coisas que o nosso Regimento sofreu foi um alargamento enorme. Mas só por causa de não haver muitas dúvidas, o artigo 64, nas formas de votação, diz “as votações realizam-se por uma das seguintes formas, por braço no ar, que é a forma usual de votar ou por escrutínio secreto nos casos expressamente previstos no n.º 3 do presente artigo. Número 3, a votação realiza-se por escrutínio secreto quando as deliberações envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa. Isto é a lei, existem aqui advogados, só existe aqui um, se calhar dá para ter interpretação, existe a interpretação que posso interpretar de uma maneira, o Pinto Reis interpreta de outra maneira e a Mesa, com certeza, pode interpretar de várias maneiras. Por isso, aquilo que consideraram tão ofensivo, aquilo que o Pinto Reis disse, se calhar, nós, às vezes, também já não temos muita paciência para nos aturar uns aos outros. E, por isso, se calhar, temos que parar e olhar primeiro quando dizemos que conhecemos, que está escrito por lei, se calhar interpreto de uma maneira e os colegas interpretam de outra.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (02:11:09”)

«Obrigada, Senhor Presidente.

Pegando nas palavras do Pedro Cristo e também pode ser feito sempre que um Grupo Municipal requeira e a maioria da Assembleia Municipal aceite. Portanto, podemos avançar por aí.

Quanto àquilo que foi a resposta do senhor Vereador, já que o Senhor Presidente de Câmara continua a não dar respostas e delega no Vereador, eu estou esclarecida. Só relembrar que no período anterior que invocou, os 18.000 euros, nós vivemos durante 2 anos efetivos em estado de pandemia e as pessoas tinham mais cuidado em tratar os seus animais.

E com certeza, quando me dizem adotar, a falar ou promover, não devem estar a falar para mim, porque eu tenho um animal doméstico e passeio-o todos os dias e é bem tratado, está vacinado e desparasitado ao dia.

Relativamente àquilo que o Pedro Martins falou, do 25 de novembro. Sim, o 25 de novembro foi a confirmação do 25 de Abril. Portanto, a 25 de Abril, liberdade, e a confirmação do 25 de novembro a democracia.

Mas também lhe quero relembrar que o 5 de outubro foi o dia 5 de outubro de 1143, o acordo de Zamora, portanto, nem monárquicos na República não estão satisfeitos nas medidas duras que tiveram que ser tomadas e decisões tomadas para o marasmo que nos deixaram um pós Troika, que tivemos que retirar feriados para termos maior índice de produtividade perante a Troika e que podemos cumprir os nossos compromissos que foram assinados pelo Partido Socialista. Obrigado.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (02:13:04”)

«Eu só queria lamentar, aqui, o que Senhor Presidente disse.

Porque eu tenho todo o direito, como qualquer cidadão deste país, de me pronunciar nas redes sociais, na comunicação social ou nesta casa.

E espero que o Senhor Presidente não me queira a mim, também, impor a lei da rolha como impõe a outras pessoas ou a outras personalidades ou a outros intervenientes nesta casa ou fora desta casa.

Não, Senhor Presidente, eu tenho todo direito democrático de me pronunciar onde eu quiser.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:13:34”)

«Muito obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:13:41”)

«Muito obrigado, Senhor Presidente.

Foi um gosto ouvir o senhor Pedro Martins. E também não falámos aqui do senhor André Guimarães porque tivemos oportunidade de o cumprimentar e agradecer também as deferências que teve connosco, no seu local de trabalho, quando da nossa visita.

Queria só deixar aqui uma nota, e já vi que é uma questão que preocupou, e deixei isso para este ponto final, uma vez que também é conhecido que desde o início do mandato de delego funções, relativamente a esta causa animal, no senhor Vereador. E, portanto, farei isso sempre que necessário, mas também podia ter respondido da mesma forma como o senhor Vereador, até se calhar com mais alguma coisa adicionada senhor Vereador. Muito trabalho tem sido feito sobre essa matéria, sem qualquer justificação ou refém de qualquer outra situação que possa acontecer.

Senhor Sérgio Louro, a questão do Mercado da Costa Nova foi uma surpresa para mim, a situação em que encontrei isto tudo, porque realmente estas hastas públicas já deviam ter acontecido em 2018. E, portanto, podemos ver aquilo que é a regulamentação que a Câmara própria criou e aprovou, as leis gerais que depois vinculam essa regulamentação, a alteração dessas leis gerais e quando é que estamos a fazer esses procedimentos. E, portanto, se tivermos que imputar responsabilidades basta olhar para trás. Realmente, foi muito aborrecido gerir este processo. Fizemos em quatro fases. Numa primeira fase, abordámos aqui as pessoas que trabalhavam no mercado, nas suas bancas, e explicámos o que se estava a passar. Com grande dificuldade que tivemos para que as pessoas entendessem que o processo já devia ter acontecido algum tempo atrás. Deixo e remeto para o regulamento todas essas informações, porque já vi que esta questão dos regulamentos é bem estudada por esta casa. Portanto, as pessoas sabem isso. E depois temos o suporte jurídico da Câmara e o suporte também do nosso Assessor jurídico que muito nos vale nestas situações, e avalíamos como é que podíamos fazer, juntamente com as equipas técnicas que a Câmara tem, e não o Executivo. A Câmara respondeu dessa forma e, portanto, fez uma primeira hasta pública que correu bem, onde fizemos também aquilo que nos competia em termos de publicação em locais de estilo. E sempre adverti as pessoas que não ia falhar nessa forma de publicitar ou de transmitir quando é que a hasta pública se ia fazer, em que momento, como é que se ia fazer, como deviam entregar todos os processos para participar destas atas públicas, tudo isso.

O que é certo é que esta segunda hasta pública teve um processo aqui que eu acho que me permite invalidar e dar nulidade à hasta pública que se cometeu, que está dentro dos meus princípios, porque ela é provisória, enquanto eu não der um despacho final. E foi só isso que aconteceu. Portanto, a contestação pode haver, estamos seguros de que o nosso Assessor jurídico defenderá das melhores causas, aliás, como bom profissional que é, registado na Ordem dos Advogados. Portanto, não temos dúvidas nenhuma que estamos a fazer um bom trabalho, estamos com as pessoas que trabalham nessas zonas a operar da melhor forma e com maior transparência com eles custou lhes muito a aceitar esta situação porque ninguém tinha tido essa transparência, nem essa forma de observar as coisas. E como sabe, as hastas públicas têm um peso elevado. Nem sempre os negócios estão tão favoráveis. E isto até lhe vou dizer, para não nos refugiarmos aqui no Covid, deveria ter acontecido até muito antes do Covid, salvo erro, até se calhar 2 ou 3 anos antes. Mas, preparação disso. E, portanto, foi isto que fizemos. Informámos toda a gente por escrito, de acordo com as instruções que temos sobre isto, e, portanto, vamos fechar o processo dentro em breve, e estabelecer todas as normas e regulamentação legal dentro do Mercado da Costa Nova. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:17:54")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu vou responder, vou começar por responder ao deputado Pedro Martins, de uma forma rápida e depois, se tiver mais alguma dúvida, posso-lhe dar mais informações.

O que aconteceu foi o seguinte. Portanto, nós tínhamos um contrato de prestação de serviços do anterior prestador, que tinha um número limitado de sessões e reuniões da Assembleia Municipal, resultado do número de sessões e reuniões e também de outras ações. Esse número esgotou em setembro. Nós somos alertados, nós, o núcleo de apoio foi alertado pelas compras de que não haveria, portanto, mais margem ou verba para continuar com estas gravações e transmissões com o anterior prestador. Entretanto, nós ainda conseguimos fazer, por ajuste direto com o prestador, a sessão extraordinária de outubro, pelo valor mais baixo, portanto, havia um diferencial e ele fez esse trabalho por esse diferencial. Portanto, o orçamento não tinha que cabimentação, não é? E em conversa entre o Senhor Presidente da Câmara e o Núcleo de Apoio, até porque a Assembleia Municipal está a trabalhar também para conseguir ter também um software que melhore o funcionamento da própria Assembleia Municipal, no que diz respeito ao tratamento de atas, de documentação pública, publicidade, até mesmo de todas as informações da Assembleia Municipal. Estamos neste processo.

O Senhor Presidente da Câmara, e o Senhor Presidente da Câmara pode desmentir ou pode confirmar, junto da do nosso núcleo de apoio, disse para o núcleo de apoio falar comigo para, em vez de haver aquele valor que incluía a transmissão até ao final do mandato, abdicando desse custo da transmissão para conseguir adquirir essa nova plataforma, e o núcleo de apoio fez chegar a essa informação à Mesa. A Mesa tomou uma posição, mas aí foi errada. Esse erro foi alertado pelo líder do Grupo Municipal do Unir Para Fazer, na reunião de comissão permanente. Imediatamente, todos nós ficámos de acordo, foi unânime, e, portanto, procurámos rapidamente, apesar do Senhor Presidente, na altura, estar fora do país, tentámos rapidamente recuperar esta situação e voltar ao formato anterior. Foi isto que aconteceu, está bem?

Relativamente aos votos, se são de mão levantada ou por voto secreto. Entretanto, durante as vossas intervenções, tive a oportunidade de consultar aqui alguma documentação e comecei por consultar a documentação do Código do Procedimento Administrativo. Na sua redação, no seu artigo 31.º, ponto. 2, diz que as deliberações que envolvam um juízo de valor sobre comportamentos ou qualidades de pessoas são tomadas por escrutínio secreto, devendo o Presidente ainda, em caso de dúvida fundada, determinar que seja essa a forma para a votação. Ok? Essa mesma redação está vertida no artigo 64.º, alínea 3 do Regimento. Portanto, é entendimento que aqui não se tratam de qualidades pessoais, mas qualidades técnicas. Mas qualquer dúvida também podemos remeter, podemos remeter também para o artigo 89.º - desculpem, porque eu tive também a ouvir-vos e também a tentar encontrar aqui a explicação da lei - e o artigo 89.º é muito claro e diz "ponto 1. As normas do presente Regimento são interpretadas nos termos gerais de direito e da legislação em vigor". E o ponto 2, que é importantíssimo, "os casos omissos serão decididos pela Mesa da Assembleia Municipal". E a Mesa da Assembleia Municipal também reuniu enquanto vocês estavam a participar nos trabalhos e, portanto, tem esta tomada de posição.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:22:24")

«Muito bem. Vamos... eu proponha, são onze e um quarto, eu proponha fazermos um intervalinho de 10 minutos mais IVA. Pode ser? Até já. Muito obrigado.»

*A sessão foi interrompida temporariamente para intervalo, às 23:15.
Os trabalhos foram retomados às 23:34.*

Período da Ordem do Dia

Ponto 1. "Abertura de procedimento por concurso público, com publicidade internacional, para Prestação de serviços de higiene e limpeza e serviços conexos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primárias de Ílhavo e Laboratório do Envelhecimento".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:34':58")

«Muito bem. Vamos então reiniciar os nossos trabalhos com a entrada no período da Ordem do Dia. E vamos iniciar no ponto1, “Abertura de procedimento por concurso público, com publicidade internacional, para Prestação de serviços de higiene e limpeza e serviços conexos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primárias de Ílhavo e Laboratório do Envelhecimento”, e começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:35':32")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Isto é o estabelecimento de um procedimento legal, portanto, perante uma necessidade evidenciada por estes equipamentos e, portanto, tem que passar aqui pela Assembleia a sua aprovação. É o que estamos a fazer. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:35':48")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou abrir as inscrições para uma primeira intervenção. Do Partido Socialista, alguma inscrição? Não. Do Unir Para Fazer também não. Do PSD? Flor Agostinho. E do Chega? Não chegou ainda, já lhe questiono. Muito bem, então Flor Agostinho, por favor.»

André Guimarães, Grupo Municipal do PSD: (02:36':26")

«Nós não temos qualquer tipo de constrangimentos quanto à votação neste ponto. Desde já devo dizer que vamos aprovar, como é óbvio. É apenas fazer aqui umas referências, quer dizer, porque o texto parece-me que está muito bem explícito e tudo, não só a proposta, como também os considerados. Dizer o seguinte, quer dizer, é-nos dito que vai haver, portanto, o concurso em matéria de saúde, enfim, para os estabelecimentos de saúde do município de Ílhavo. Devo dizer que está lá explícito que a competência ou a responsabilidade por este tipo de serviço foi atribuído à Câmara Municipal de Ílhavo a partir do dia 1 de maio de 2023. Ou seja, quer isto dizer que só há 17 meses para cá é que a Câmara é responsável pela gestão, pela conservação, pela manutenção dos estabelecimentos de saúde deste Município. Portanto, dizer-se que isto era uma responsabilidade do Executivo anterior é uma autêntica mentira. Esta realidade só foi transferida para a Câmara nos dia 1 de maio e, como todos sabemos, o PRR também só entrou em vapor em 2022, 21/22. Portanto, também não é da responsabilidade do Executivo anterior a existência de fundos ou a tentativa de captar fundos para realizar obras na saúde. Isto que fique muito bem vincado perante os munícipes que o Executivo anterior não só não tinha a responsabilidade por este tipo de trabalhos, como também não tinha dinheiro para fazer obras nestas áreas.

A título de curiosidade, gostava de chamar a atenção que não percebo como é que nós vamos aqui aprovar a solução de compromissos plurianuais para 2024, no valor de 138.000 euros, correspondente a 10 meses de atividade, quando já passaram os dez meses. Este valor não faz sentido porque este concurso vai ter execução em 25 e em 26, e nós estamos aqui autorizar. Enfim, é uma questão de pormenor, mas já que fomos acusados de confusões, mais uma confusão aqui está assumida.

E dizer também que é o próprio texto que assume que até final de fevereiro os serviços cujo contrato com empresa Facility Services serão assegurados por ajuste direto. Ou seja, este é um concurso que vai ser agora lançado. É um concurso de publicação internacional que vai levar 30 dias para as empresas apresentarem propostas. Logo, as propostas chegarão no final do ano de 24 e, portanto, vai ter a sua execução previsivelmente, segundo dizem os técnicos, e aqui o informo, lá para fevereiro de 2025.

Só para dar aqui, enfim, conhecimento aos nossos munícipes que estas coisas demoram e não é assim tão fácil e não vai ser assim tão fácil o Executivo realizar as obras que tanto anda por aí a propagandear no tempo que lhe vai sobrar até ao final do mandato, porque as obras vão demorar, necessariamente. Esta, por exemplo, que é uma simples prestação de um serviço, previsivelmente só terá início em fevereiro de 2025, segundo dizem os técnicos. Nos outros estou a afirmar, está escrito.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (02:40':26")

«Eu também da análise que fiz do documento, também fiquei aqui com bastantes dúvidas, tal e qual como aqui o meu colega Flor Agostinho. É importante, realmente, que a Câmara

assegure estes serviços, que os assegure da forma mais correta para que depois, os municípios, quando utilizam estes equipamentos, que realmente sintam que alguém está a cuidar daquilo, nomeadamente quartos de banho, entre outras divisões afetas a estes equipamentos. Agora, olho para os montantes e fiz assim umas contas há merceeiro e realmente fiquei assim um pouco pasmado. Como é que os serviços vão custar 8 mil euros, ou melhor, de outra forma, o Executivo vem-nos pedir a aprovação para lançar o concurso, onde já estabelece uma fasquia de 8 mil euros. 8 mil euros se for para dois funcionários por mês, acho que há aqui um exagero, um exorbitância, mas como não sei quantos funcionários vão estar afetos a cada equipamento, questiono o Executivo nesse sentido. Gostaria de saber o que é que está nos planos de recursos humanos das empresas a contratar. Quantas pessoas vão ser? Se as pessoas vão trabalhar no horário geral? Se vai haver turnos? Como é que vai ser?

Portanto, se vai ser meramente um funcionário para cada equipamento, é um exorbitância 8 mil euros, não é? Eu tenho um negócio, portanto, também tenho que o gerir. Aqui, neste caso, a minha intervenção, realmente, prende-se porque isto é dinheiro dos contribuintes. Eu acho que o dinheiro dos contribuintes tem que ser bem gerido e gerido conforme as finanças pessoais lá em casa, de quem nos está a ouvir. Portanto, tenho estas dúvidas e gostaria realmente de saber.

Por outro lado, estas questões que já foram levantadas pelo colega. Quer dizer, há aqui informações que realmente não batem bem certo. Como é que estamos a aprovar coisas que já aconteceram? Pelo menos fica essa ideia. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:42:48")

«Muito obrigado, Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:42:52")

«Obrigado, Senhor Presidente. A única coisa que me remete dizer relativamente àquilo que é proposto para aprovação é a abertura do procedimento do concurso público internacional para aquisição de serviços para 24 meses e que depois será a partir dessa data, em que estará finalizado o procedimento, que decorrerão os 24 meses.

E também dizer que o processo de centralização, já muito badalado aqui, e que teve início realmente na data que foi referida nesta Assembleia, portanto, 1 de maio de 2023, foi um processo que também foi desencadeado pelo atual Executivo e pela atual Câmara e que tem, tendo em vista esse processo de descentralização, ficarmos com 10 pessoas do seu quadro e assistentes operacionais e, portanto, também haveria 10 pessoas que estariam contratados em regime de prestação de serviços da empresa de prestação de serviço. E esse processo de descentralização trouxe esse valor dentro do pacote da descentralização. Neste momento, avaliando as necessidades e avaliando aquilo que nós precisamos, estamos a incluir aqui, a alargar também, o âmbito desta contratação para ter outras respostas que nós assim entendamos para dar suporte também aos profissionais de saúde que bem necessitam, nas áreas de trabalho em que exercem as suas funções.

Portanto, não terei muito mais a dizer e também não percebo o que é que este ponto tinha para outros alongamentos que ouvi no ponto, mas remeterei-me para outros processos, onde possivelmente essa explicação terá mais cabimento do que propriamente neste ponto. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:44:27")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Abro uma segunda ronda de inscrições. Do PS alguma inscrição? Não. Do Unir Para Fazer, também não. Do PSD, também não. Do Chega? Sérgio Louro, por favor.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (02:44:55")

«Senhor Presidente, obrigado pelo esclarecimento. Se são 10 pessoas, acho que alguma coisa ainda menos está a bater bem. Não percebo como é que uma empresa que está a prestar serviços à Câmara vai cobrar 800 euros mês por cada pessoa. Deve haver aqui alguma coisa que não está a bater muito certo. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:45':17")

«Muito obrigado, Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:45':21")

«Obrigado, Senhor Presidente. Estes concursos não se fazem por uma média ou por um processo matemático. Mas eu não estou a perceber muito bem a questão. Olhe, não vou responder. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:45':31")

«Muito bem, não havendo mais intervenções, vamos então votar o ponto 1 da ordem do dia. Quem vota contra? Quem se abstém?

Portanto. O ponto 1. "Abertura de procedimento por concurso público, com publicidade internacional, para Prestação de serviços de higiene e limpeza e serviços conexos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primárias de Ílhavo e Laboratório do Envelhecimento", foi **aprovado por unanimidade.**»

Ponto 2. **"Abertura de procedimento de contratação para "Aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança em obra".**

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:46':10")

«Vamos então avançar para o ponto 2, "Abertura de procedimento de contratação para aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança em obra". Começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:46':27")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. O ponto dois tem por base aquilo que são as necessidades para nós termos um serviço de fiscalização e coordenação de segurança em obra, face ao volume de obras que neste momento temos contratualizado na Câmara e já com a definição daqueles que as vão executar. Portanto, há esta necessidade. Mas o senhor Vereador, respeitando o pelouro das obras públicas e privadas, portanto, dou-lhe a palavra para uma explicação e, depois, se houver alguma interpretação necessária noutra intervenção os faremos ambos essa participação. Senhor Vereador, tem a palavra.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (02:47':09")

«Obrigado, Senhor Presidente. Bem a proposta que que trazemos aqui a esta Assembleia, que já foi aprovada na reunião de Câmara, trata-se, então, de uma forma muito simples e de um procedimento para contratar serviços de fiscalização e neles também incluem-se serviços de coordenação de segurança em obra. Perante um quadro de obras que se avizinha simultâneo, de várias obras em simultâneo e com valor muito é elevado, há uma necessidade muito grande de técnicos e essa necessidade não é possível de responder com os quadros técnicos da nossa Câmara porque não são suficientes. E serão sempre necessários também neste acompanhamento, porque esta prestação de serviços de fiscalização também terá que ser, depois, terá que ter alguma coordenação da Câmara Municipal, e os nossos técnicos também serão fundamentais. Mas, agora, uma afetação a 100% nas empreitadas não é possível com os nossos técnicos. Portanto, aquilo que nós trazemos aqui é uma proposta com um valor base de 463.000 euros, divididos por 3 lotes. O lote número 1 para os centros de saúde, para a requalificação e ampliação do Centro de Saúde de Ílhavo e para a requalificação e ampliação da extensão de saúde da Gafanha da Nazaré. Eu recorde que o Centro de Saúde de Ílhavo já teve o seu concurso para adjudicação da empreitada concluído, para um valor base de 416.0000 euros; a melhor proposta foi de 3.524.042,23 euros. Foi um concurso público que teve 3 propostas e cuja a adjudicação já foi aprovada em reunião de Câmara. No caso da extensão de saúde da Gafanha da Nazaré, num procedimento, um concurso com

valor base de 3.960.000 euros, a melhor proposta foi de 3.672.662,01 euros. Neste caso, houve apenas uma proposta e também já foi adjudicado esta empreitada.

Passando ao segundo lote, o lote das escolas, temos a requalificação da escola secundária Doutor João Carlos Celestino Gomes. Também um processo de concurso da empreitada, que já foi também aprovado em reunião de Câmara, com valor base de 10.400.000 euros e a melhor proposta foi de 8.451.370,05 euros. Concurso que teve 6 interessados, 6 propostas... não foram 6 interessados, mas foram formalizadas 6 propostas. Neste lote das escolas, também a requalificação da Escola Básica José Ferreira Pinto Basto. Esta escola ainda não tem o seu procedimento do concurso concluído. Prevê-se que se possa preparar todo o procedimento para que possa ser remetido à próxima reunião de Câmara, mas recordo que o valor base para este concurso de empreitada foi de 5.455.000 euros. A terceira escola, a requalificação da Escola Básica Professor Fernando Martins, foi um procedimento cujo valor base foi de 3.500.000 euros e cuja melhor proposta, a proposta que foi adjudicada, foi de 2.849.000 euros. Neste procedimento tivemos 8 propostas e trata-se de mais uma empreitada já adjudicada. O terceiro lote é o lote relativo à habitação. Este lote está, neste momento, em concurso. Portanto, foram publicados em Diário da República os 3 procedimentos para estas empreitadas no passado dia 25 de novembro, segunda-feira.

E recordando que, para o edifício de habitação multifamiliar do Lugar do Bebedouro, na Gafanha da Nazaré, o valor base a concurso é de 4.774.077 euros. Para a habitação multifamiliar na rua do Carmo, na Gafanha da Encarnação, o valor base é de 4.446.750 euros. Já a reabilitação do prédio na rua padre Manuel Bernardes, na Gafanha da Nazaré, tem um valor base da empreitada de 870.680 euros.

Perante este elevado valor de obras, urge contratar serviços para que os resultados sejam os melhores e, tal como hoje já foi aqui manifestada grande preocupação de cumprimento dos prazos, recordar também que estivemos sempre na linha da frente para que fosse possível antecipar, ao máximo, todos estes procedimentos.

No caso dos centros de saúde, se não tivéssemos feito um trabalho antecipado de elaboração do projeto jamais poderíamos estar, hoje, na fase em que estamos.

No caso das escolas, o mesmo procedimento que levámos a cabo de antecipar, mesmo sem sabermos que linhas é que poderiam existir, antecipar a execução dos projetos.

No caso da habitação, não só antecipar também projetos, mas assumir, o Senhor Presidente assinou esses termos de aceitação e responsabilidade com o Governo para que pudéssemos e que para que nos seja mesmo, de facto, possível avançar com estes procedimentos. Não obstante das candidaturas, mesmo assim, ainda não estarem aprovadas, mas, pelo panorama nacional e por aquilo que vemos, era necessário tomarmos estas medidas, porque só no Município de Ílhavo, pelo que eu enumerei, há momentos, temos aqui um conjunto de obras vasto. E o país também vai ter, portanto, os demais municípios também vão ter um volume de obras muito elevado. Portanto, temos que ir à obra ou neste caso, às obras. Portanto, Senhor Presidente, espero ter sido esclarecedor. Obrigado.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:53':46")

«Muito bem, senhor Vereador. Muito obrigado. Senhor Presidente, é tudo.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:53':50")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou abrir, então, as inscrições. Do Unir Para Fazer, alguma inscrição? Do PSD? Flor Agostinho. Mais alguém? Do Chega? Sérgio louro. Do PS? Gabriel Fernandes. Muito bem. Vamos então começar pelo deputado Flor Agostinho, por favor.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (02:54':35")

«Bem, na senda do que disse há pouco, eu venho aqui também referir que estaremos de acordo com a aprovação de mais este concurso. Começar por referir os parabéns ao senhor Vereador. Certamente ele é que será o responsável. Enfim, responsável não foi, mas certamente superintendeu na elaboração dos cadernos de encargos. E dizer-lhe que, pela sua leitura, que achei de alta qualidade, as exigências que lá estão colocadas aos futuros prestadores destes serviços, no seguimento daquilo que aqui foi feito, há pouco, referido por alguns munícipes, a fiscalização é importante nas obras, mas também é importante que esta própria fiscalização que vai ser contratualizada depois possa ser acompanhada por técnicos da nossa instituição, da nossa autarquia, para fazer esta ponte e para que as coisas funcionem corretamente.»

E dizer-lhe que, enfim, fico satisfeito com a informação que nos prestou, quanto aos processos que já estão concluídos e não concluídos.

Referir, mais uma vez, que aqui há uma nuance nestas fiscalizações ou nestes contratos. Se a empreitada tiver uma duração de 12 meses, normalmente estes contratos de fiscalização têm uma duração de 14 meses. Isto está bem referenciado nos cadernos de encargos. Porquê? Para que haja um mês antes do início da obra para que a fiscalização ou a empresa, enfim, estude, prepare, visualize, analise os cadernos de encargos, os projetos. E depois há um mês, término da obra, para que a empresa possa então fechar as obras, fechar as contas e ver todos os resultados e se está tudo na perfeição. O que isto quer dizer é que, na sequência do que disse há pouco, se o concurso vai ser agora lançado, previsivelmente vamos ter adjudicação da fiscalização mais uma vez em finais de fevereiro, na melhor das hipóteses, e início das obras passado um mês, porque a fiscalização tem que se preparar, para que as obras possam avançar e tenham toda a documentação preparada para fazer esta fiscalização.

Portanto, o que eu aqui venho desejar é que há aqui contratos com duração de 14 meses. Há aqui contratos com duração de 16 meses. Como nós sabemos, temos um *deadline*, que é o final de 2026. Também sabemos perfeitamente que isto pode ser prorrogado. Certamente o Governo vai negociar para que todos esses períodos sejam prorrogados, mas...

Não só enaltecer o caderno de encargos, que me parece estar bem feito, e muito bem, e também desejar expectativas positivas para que possamos ter aqui bons concorrentes e boas empresas de fiscalização porque, como diz o senhor Vereador, hoje há muitas empreitadas. A fiscalização está a ser, enfim, está a ser solicitada para muitas empreitadas, isto tudo ao mesmo tempo. Estas empresas fiscalização têm uma pessoa, normalmente, a tempo inteiro e depois têm vários técnicos que são chamados conforme as especialidades da obra. Portanto, eles vão-se dispersar por várias empreitadas e era bom que houvesse muito rigor neste controlo. E era bom que tivéssemos aqui na casa funcionários, engenheiros ou arquitetos que pudessem controlar e fizessem uma boa gestão contratual ou a gestão do contrato para que as coisas corram devidamente e não tenhamos aqueles problemas que ainda há pouco o município veio aqui apresentar, relativamente à Gafanha de Encarnação. Portanto, desejar boa sorte à Câmara, porque esta é a sorte que nós vamos todos ter, porque é ter umas obras de requalificação de equipamentos que já ambicionamos há muito tempo, mas que sabemos perfeitamente que vão demorar, vão derrapar. E aquilo que já foi nos dito há uns tempos que já devia estar inaugurada, afinal, ainda está numa fase um bocado insípida. Quer dizer, estamos no início disto tudo e agora que as coisas vão começar a trabalhar, ia ser difíceis. Quando nós tínhamos visto, ainda há pouco tempo, ano passado, propaganda a dizer que já íamos inaugurar as escolas e os centros de saúde e não sei quê... e isto não é verdade.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (02:59:33")

«Senhor Presidente, se antes, no ponto anterior, olhava para os montantes e achava que tinha ali questões, agora neste ponto os montantes parecem-me, de acordo com os técnicos, que vão ser necessários e que, naturalmente o seu custo/hora é bastante mais alto do que um funcionário de limpeza. Pior coisa que pode haver é, tanto em pessoas singulares, como em pessoas coletivas, ou outra forma de empresas, não se aprender com os erros, ou seja, não se vê melhoria contínua. Tal como o Flor Agostinho aqui já teve oportunidade de mencionar, a grande qualidade do trabalho desenvolvido mostra que este Executivo está a aprender com algumas más experiências, como, por exemplo, a questão do pavilhão onde o Illiabum treina e, portanto, está a pôr trancas à casa para evitar que haja outros dissabores como tivemos já. Portanto, é bastante importante a questão realmente focada, é importante que os nossos técnicos da Câmara também olhem para estes serviços contratados e façam alguma pressão para que depois, realmente, haja a respetiva fiscalização para que as coisas corram de acordo com o que está mais ou menos planeado. Portanto, nesse sentido, vou votar favoravelmente a aprovação disto, como não poderia deixar de ser. Obrigado.»

Gabriel Fernandes, Grupo Municipal do PS: (02:39:15")

«Boa noite a todos. A relativamente a este ponto, gostaria de alertar para a importância da condução, da correta condução, destas empreitadas, de maneira não só a cumprir os prazos que estão previstos ao nível da execução, mas, mais importante do que os prazos, à minimização dos transtornos que estão afetos a todo o tipo de empreitadas. Não esquecendo e não desvalorizando a questão da empreitada de obra de habitação coletiva, vou-me centrar essencialmente em duas delas: as unidades de saúde familiar e as escolas, que me parecem que são aquelas que, dado o tipo de população que abrange, deverão merecer mais atenção

e mais cuidado ao nível da, como já referido, minimização dos transtornos que estarão associados.

E coloco aqui uma questão. Que medidas é que estão previstas, se é que é possível esclarecer, ao nível da minimização desses mesmos transtornos, nomeadamente nas unidades de saúde familiar e nas escolas que irão ser intervencionadas? É tudo, muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:02':54'')

«Muito obrigado. Agora sim, Senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:03':00'')

«Muito obrigado, Senhor Presidente.

Ficamos gratos aqui, hoje, pela positividade de alguns membros desta Assembleia no trabalho que se vai fazendo e de quem o fez. Isso é importante.

Referir o seguinte, e o senhor vereador também terá uma palavra para dar certamente sobre isto. Hoje, estarmos a discutir uma coisa fora deste ponto sobre aquilo que é importante prever ou não, nós partimos para a decisão de avançar com os estudos prévios, e depois com os projetos para estas obras, já com conhecimento profundo sobre estas matérias, com equipas técnicas qualificadas, externas e internas. E, portanto, não me parece que tenhamos que discutir isto agora, porque é evidente que quando nós estamos a discutir o prazo de execução de uma obra, não sabemos o que é que a economia pode ditar daqui a um ano ou dois, ou daqui a um mês ou dois, ou daqui a uma semana ou duas. Pode haver um colapso qualquer e, portanto, isto fica tudo parado. Portanto, aquilo que ouvi aqui dizer, hoje, relativamente àquilo que é a prorrogação do prazo, pois também não me cabe a mim tratar disso. Cabe-me a mim concluir estas obras e pedir a quem ganhou estas obras para concluir nos prazos que estão indicados. E ver se conseguimos absorver ainda mais algumas verbas, ver se o financiamento é total destas mesmas obras. Porque, relativamente à saúde, não temos o financiamento total dessas obras. Também temos isso salvaguardado e tudo aquilo que poderá também acontecer no decorrer dessas mesmas obras. Pode haver variações de preços, podemos não ter neste momento, não temos noção nenhuma, não sou futurologista nessa matéria e, portanto, pode haver variações. Estamos salvaguardados quanto a isso e o trabalho que temos vindo a fazer também financeiramente nesta Câmara para salvaguarda disso. Não olhando para aquilo que é sempre o endividamento, mas sempre o suporte e dando garantia também aos nossos municípios que nos preocupamos com esse suporte que a Câmara tem que dar para que, efetivamente, todas as receitas sejam maximizadas na sua utilização. E não andarmos aqui a prever para futuro sempre encargos para outro tipo de governantes que possam surgir. Estamos conscientes dos problemas que vamos ter. Temos experiência suficiente para dosear quanto baste todas estas obras e também temos pedido às pessoas, que foram elas também que colaboraram connosco, que estão dentro destas obras, nomeadamente as diretoras do agrupamento escolares, os responsáveis que estão nos centros de saúde, que terão que ter a perceção e a paciência, porque essas obras vão acontecer e vão melhorar todas essas condições de trabalho, tanto deles, como também de quem as vai receber, os nossos munícipes. E que depois também vão ter o conforto de podermos ter uma obra que foi muitas vezes julgada, avaliada, como estamos aqui a fazer, e que, no fundo, aquilo que nós temos, no fundo mesmo, é a preocupação com as pessoas desde o primeiro minuto. Senhor Vereador, tem a palavra.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (03:06':22'')

«Obrigado, Senhor Presidente. Bem de facto, as preocupações que foram aqui demonstradas nós também as temos, por isso é que avançámos com este procedimento. Se não, não o fariamos. Mas estamos conscientes das necessidades e de todos os problemas que podemos ter.

Mas também não vi fazerem qualquer referência é à preocupação de haver técnicos especializados também no nosso território, território no nosso país, porque não é só questão de haver empreiteiros capazes e disponíveis para fazer empreitadas, também temos que ter pessoal especializado, neste caso, sobretudo engenheiros. Porque recordo, o procedimento também explica aquilo que entendemos, que há uma necessidade de um acompanhamento especializado, não só com um fiscal permanente em obra, mas também de uma direção de fiscalização que faça aqui e homogeneíze, no fundo, as empreitadas com o mesmo carácter. Mas também depois é a necessidade de ter um acompanhamento na área das especialidades

elétricas e mecânicas, sobretudo nos centros de saúde que são edifícios com infraestruturas mais complexas. Isto além da coordenação de segurança em obra.

Mas naquilo que também referiram, apesar de não ser oportuno para este ponto, relativamente a todas as questões que possam existir dos transtornos nos vários edifícios. Em linha com o que disse o Senhor Presidente, neste momento ainda não conseguimos adiantar muito, porque, como vos referi ainda há pouco, na apresentação deste ponto, as adjudicações são muito recentes, portanto, agora estão a tramitar todos os procedimentos para que se possa, então, iniciar a consignação.

E não podemos esquecer também a necessidade de visto do Tribunal de Contas, portanto, neste momento também não sabemos. E isso é que é, de facto, um dos maiores problemas e que nos devia preocupar a todos. Não obstante todas as preocupações dos vários municípios e a forma como se tem comentado sobre esta questão, porque o facto de haver necessidade de visto do Tribunal de Contas também nos coloca aqui num papel mais complexo. Portanto, estamos, neste momento, a estabilizar todos estes procedimentos para iniciarmos todos os processos para planear estas empenhadas porque só dessa forma, só com dados concretos, saber quando é que podemos começar a empenhada, é que podemos, de facto, delinear de que forma é que as vamos executar. Qual é que será o faseamento, nomeadamente nas escolas? Muito dependerá do dia de início das empenhadas, depois a conjugação dos períodos de férias e as fases que serão executadas em primeiro lugar ou posteriormente. E, portanto, estamos atentos. Estamos empenhados para que corra da melhor forma e entendemos que com este apoio, que é muito necessário para as nossas equipas internas, possamos dar a melhor resposta. Estamos todos aqui muito seguros daquilo que vamos fazer.

Também voltar um pouco atrás, nas observações que foram feitas relativamente a obras a inaugurar. Eu não me recordo de alguma vez termos dito que íamos logo inaugurar. Recordo plenamente termos dito que aquilo que estávamos era empenhados em que as obras viessem a ocorrer e acho que cada vez temos mais essa certeza que as obras vão ser uma realidade. E também me recordo de ter referido que estaria muito mais tranquilo, porque quem viesse para o mandato seguinte, sejamos nós, neste caso Executivo em funções, ou sejam outros, teriam muito trabalho para executar. E é isso que nos tem que deixar tranquilos, descansados e completamente conscientes de que estaremos todos os dias a dar o nosso melhor, independentemente de quem esteja a seguir. Obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:10':31")

«Muito obrigado. Abro uma segunda ronda de inscrições. Do Unir? Temos o Pedro Cristo. Do PSD, alguma inscrição? Flor Agostinho. Chega? Não. E do PS? Temos a Sónia Fernandes e temos o Pedro Martins. Vamos então começar pelo Pedro Cristo, por favor.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (03:11':06")

«Boa noite, novamente a todos. Eu quando fiz anterior intervenção no PAOD já tinha referido este ponto que era extremamente importante. Para que as obras que são grandes decorram de forma a... Eu não estou tão preocupado com o Tempo que elas possam decorrer ou que escorregam. Estou preocupado que se façam bem. Penso que todos nós somos novos o suficiente para sabe, para não termos por lá passado, mas a Ferreira Pinto Basto, recorde, aqui, a EB 2,3, que logo após ter sido inaugurada, de um momento para o outro, já havia mais água dentro que havia água por fora. Por isso, é importante que exista, digamos, esse controlo. E eu aqui não estou a culpar o Senhor Presidente da Câmara porque tinha chovido dentro daquele pavilhão ou porque tinha acontecido o que acontecia. O que acontece é que as obras têm que ser controladas, acompanhadas e mesmo nós, muitas vezes, não conseguimos até controlar a qualidade das pessoas que as fazem, porque são pessoas e, por vezes, não é fácil a gente julgar. Contratamos alguns de nós trabalhamos, contratamos, às vezes, as pessoas que parecem-nos bem, e afinal prestam para nada. Outros que às vezes que não damos por nada e são muito bons.

Mas não queria terminar sem dizer que é alta a qualidade do trabalho desenvolvido. Enaltecer o caderno de encargos que deixa, com certeza, o nosso Vice-presidente completamente orgulhoso do trabalho que tem desenvolvido e que, aprendendo ou não com os erros anteriores, conforme aqui foi falado, a importância é que é exatamente isso que se aconteceu, ou seja, está-se a fazer um bom trabalho. Volto atrás para dizer, o caminho é este, com qualidade com seriedade e verdade.

Mas uma coisa, digamos, é certa. Estas palavras que foram ditas não foram ditas por mim, foram ditas pelo professor Agostinho, do PSD. Por isso, se calhar tenho que me penitenciar por dizer que a *silly season* já tinha começado, talvez comece só na próxima sessão. Vamos ver então. Até já.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (03:13':38")

«Respondendo ao Pedro Cristo, só tenho que dizer o seguinte. Quer dizer, eu disse-o, e volto a dizê-lo, o texto está bem redigido, são boas práticas, só que isso abriu uma maior exigência, não tenham dúvidas. Não só exigência por parte da Câmara, mas, como disse, o senhor Vereador, e muito bem, por parte das equipas que os prestadores de serviços nos apresentarem, porque eles vão ter que ter 10 anos de experiência em obras, vão ter que ter técnicos com 2 anos para as obras do género, vão ter que ter técnicos com 5 anos de experiência em obras do género. Portanto, não é qualquer empresa que se vai lançar num concurso destes. Eu, portanto, eu concordo, também com o texto que ele está altamente exigente, está bem feito e por isso é que eu elogiei. Agora também o senhor levantou aqui outra questão e que deve-se reconhecer que este Governo tentou agilizar o processo, que é o Tribunal de Contas. O senhor Vereador levantou aqui o problema do Tribunal de Contas e para todos nós sabermos que já foi neste mandato, já foi com este Governo, este Primeiro-Ministro que, em 5 de setembro de /2024, fez uma proposta de lei à Assembleia da República para que os processos de visto prévio do Tribunal de Contas fossem aligeirados, ou seja, as obras já não estarão sujeitas a um visto prévio, mas sim a um visto. As obras podem avançar sem estarem ainda visadas. Esta lei, que por acaso foi aprovada, não foi por todos os partidos, mas foi por uma grande maioria, em 18 de outubro de 2024, foi promulgada recentemente, no dia 26 de novembro. E agora certamente foi enviada para o INCP, portanto não sei se já saiu a publicação, 26 do 11, se não saiu, está para sair. Mas esta mesma lei também diz que só entra em vigor 10 dias úteis após a sua publicação, portanto, são mais 15 dias após. Mas esta lei é outra questão. É máxima liberdade, as autarquias podem avançar com as obras, mas temos a máxima responsabilidade porque se a coisa correr mal isto tudo retrocede e a Câmara terá que indemnizar, a Câmara terá que devolver. É uma lei que é feita por este Governo para responsabilizar as câmaras para agilizar os processos, para que os processos decorram com muito mais velocidade e devemos enaltecer aqui o nosso Governo por o ter feito. Acho que, desculpem lá, isto vai dar muita responsabilidade às câmaras e por isso é que eu esperava, e há bocado fiz esse desejo, de que tenhamos aqui boas empresas de fiscalização para que as coisas corram bem, porque senão, se a fiscalização correr mal, isso depois vai reverter para as câmaras, como é óbvio. E depois temos cá o Tribunal de Contas na fiscalização concomitante ou na fiscalização sucessiva a fazer as auditorias que nós não desejaríamos e não desejamos que sejam feitas.»

Sónia Fernandes, Grupo Municipal do PS: (03:17':11")

«Ora boa noite a todos. Eu vou começar por uma frase com que o colega, que o deputado Pedro Cristo disse que é "o que importa é que se faça bem". Isto é de tudo aquilo que eu vi esta noite, de pelo menos da parte do deputado, foi aquela parte que eu realmente eu concordo. Mas, depois lembrei-me daquilo que ouvi do senhor Vereador. Eu fico um bocadinho preocupada quando ouço dizer que quando começar logo se vê. Depois, logo se vê como é que vamos fazer, como planeamos, como é que provemos? E eu vou-lhe dizer. Eu custa-me a acreditar que seja bem assim. Eu custa-me a acreditar que a Câmara não tenha feito um plano de riscos, não tenha um planeamento que não preveja que possa acontecer e que não esteja previsto o planeamento de tudo aquilo que pode interferir nestas obras. Ainda para mais quando nós ouvimos hoje, durante a noite, vários casos em que as obras não têm corrido bem e a Câmara tem que assumir, que as, aliás, assumiram, que há coisas que não estão a correr bem e que vão ter que que retificar, como disse o Senhor Presidente. Por isso, eu penso que terá sido uma resposta só. Levem esta resposta só porque já é tarde. Já não apetece falar muito. Porque não quero acreditar, e volto a referir, que a Câmara não tenha um plano para tudo aquilo que possa vir a acontecer, dos constrangimentos que as obras possam vir a causar nos centros de saúde ao nível dos nossos utentes. E falo porque normalmente são usados por pessoas mais velhas e que precisam que estejam com condições para que se possam ser atendidas com o devido cuidado. E nas escolas, não só para os professores, funcionários, como o Senhor Presidente disse, mas também para os alunos que estão lá e que precisam desse cuidado. Obrigada.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (03:19':26")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Só para complementar um pouco as palavras da Sónia, e, enfim, as anteriores. É evidente que se tem batido muito nessa questão de ser impossível cumprir, ter as suas obras prontas, portanto, antes do ato eleitoral, portanto, antes do fim do final do mandato. Acho que já todos percebemos que vai ser impossível concluir estas obras antes do fim deste mandato, antes do fim deste ciclo, digamos assim, deste mandato.

Eu até levantava era outra questão. É que estas obras, que se devem à bazuca do Costa não esquecer a bazuca do Costa, portanto - não podemos deixar ficar mal o futuro Presidente do Conselho Europeu, que, aliás, já é o Presidente do Conselho Europeu, não podemos deixar ficar mal do nosso amigo Costa, o nosso amigo Costa não pode ficar mal - estas obras têm um prazo de execução, ou os fundos do PRR têm prazo de execução, que é de 2026. Não sei se será alargado, mas eu já começo é a colocar a dúvida ou a questão, não querendo agoirar, é se nós, realmente, em 2026 já temos obra. Isso é outro aspeto. Mas acredito que sim. Sinceramente, acredito que sim. Portanto, no próximo ano acho que não. 2026 vamos ver. Todos queremos as obras e bem feitas.

Também foi aqui dito, "bem feitas", melhor... "bem feitas do que antes do tempo", e com problemas nas estruturas, etc. Depois também já foi aqui referido pelo vereador João Diogo Semedo, já foi aqui referido a dificuldade em encontrar equipas de engenheiros técnicos. Como disse o Flor Agostinho, porque a pressão é enorme. É enorme porque nós não estamos a falar de uma ou duas ou três câmaras, como já foi aqui referido e muito bem. Estamos a falar do país todo a fazer este tipo de obras. E eu não tenho dúvidas absolutamente nenhuma que é difícil encontrar engenheiros para as próprias empresas de fiscalização, que têm, julgo eu, ao que julgo saber, dificuldade em encontrar engenheiros com curriculum para poderem acompanhar este tipo de obras. Portanto, é um desafio grande que o país tem para cumprir. Já não digo para cumprir e executar dentro dos prazos do PRR.

Relativamente à questão que foi aqui referida, também é evidente que, se bem me recordo das empreitadas de obras públicas, se bem me recordo, os empreiteiros ainda hão de apresentar os planos de obra, os cronogramas financeiros de execução. etc. Agora terão que apresentar os planos. E é lógico que as infraestruturas que vão ser intervencionadas, os equipamentos que vão ser intervencionados não podem parar. Não podem parar. E, portanto, a Câmara certamente também já tem uma ideia e os próprios empreiteiros já devem ter dito alguma coisa quando apresentaram as suas propostas, ainda que não concretizada ao limite, porque os centros de saúde continuam a dar consultas e a fazer, enfim, o tipo de intervenções que fazem, as escolas continuam a dar aulas. Portanto, eu acho que o que o vereador João Diogo Semedo disse não é bem "depois vamos ver". Não, já há de haver alguma ideia, ainda que não completamente concretizada, mas há de haver alguma ideia para que as obras sejam executadas sem interrupção dos normais trabalhos de cada um dos equipamentos, naturalmente com, eventualmente, contentores, o que também não é nenhum drama, para os alunos terem aulas. Mas pelo sorriso do Presidente João Campolargo, acho que já estou a meter enfim o pé na argola ou a foice em seara alheia, mas certamente que isso está a ser tudo devidamente ponderado. Vamos ver claro. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:23':12")

«Muito obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:23':15")

«O Senhor Presidente, permita-me só esta observação. Eu fico um bocadinho, e acho que o senhor Vereador também, com o que estamos aqui a discutir relativamente a este ponto. Ainda não percebi se estas pessoas têm vocação também para serem empreiteiros, engenheiros, arquitetos. Ainda não percebi muito bem, porque nós quando partimos para isto, e senhor Vereador dará as explicações que julgar necessárias como resposta àquilo que foram as afirmações tanto da senhora dona Sónia, como do doutor Pedro Martins, como o senhor Flor Agostinho, como o senhor Pedro Cristo, nós temos conhecimento na Câmara, mais uma vez, da realidade do que é que são estes processos. Nós, pessoalmente, também temos o conhecimento que aqueles que concorreram às obras também sabem. Ainda não percebi o que é que estamos aqui a falar. E, portanto, não percebo, sinceramente. Eu acho que também o senhor Vereador estará como eu. Mas pronto. Acho que as pessoas merecem uma resposta. Não sei se é hoje que ela se deveria dar ou não. Vamos tentar de alguma forma, mas não percebo o que é que estamos a falar sobre este ponto, não percebo mesmo. Senhora Vereador, tem a palavra.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (03:24':38")

«Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Deputado Flor Agostinho, se não tivesse tecido os comentários que teceu ou as afirmações, eu ia dizer que não tinha sido explícito para aquilo que foi questionado pela Senhora deputada Sónia Fernandes. Portanto, teria então algumas dúvidas, mas pelas questões que o senhor deputado Flor Agostinho fez, nem foram questões, peço desculpa, os comentários que fez e o que reforçou daquilo que são as preocupações acho que ficou bem explícito. Poderia também remeter para questões mais técnicas, não é? E teríamos então os cadernos de encargos que foram aprovados por deliberação da Câmara Municipal de Ílhavo e aí seria possível também de serem consultados. E no caso da Senhora deputada, tem a representação também na Câmara e poderia consultá-los. Mas acho que não há necessidade disso e eu explicarei, mais uma vez.

Aquilo que eu queria dizer e que disse que não tenho dúvidas, mas que a Senhora deturpou aquilo que eu afirmei. De facto, os concursos das empreitadas previam um faseamento, e os senhores empreiteiros, portanto, as entidades executantes, é o nome correto, apresentaram esse faseamento. Aquilo que eu disse, e volto a afirmar, e que dei um exemplo muito claro, foi a questão da educação. Portanto, só quando tivermos a certeza que a obra pode começar, e não é "logo se vê", não foi isso, porque houve um trabalho muito prévio que foi feito, tanto com as instituições de ensino, como a da área da saúde, para sabermos o que é que íamos desenvolver no projeto e quais é que eram as necessidades reais. Portanto, essas questões foram devidamente acauteladas. Mas quando houver uma previsão maior das datas de início, isto nas escolas tem muito impacto, nós, então aí, podemos ajustar o faseamento, porque será certamente diferente o momento em que uma empreitada vai iniciar. Porque vejamos um exemplo muito concreto da cantina. A cantina permanecer no mesmo local onde é hoje, a partir do momento que vai haver uma intervenção, uma estrutura provisória para uma cantina é mais completa, mais complexa, do que para uma sala de aula. Portanto, será diferente se a obra começar em fevereiro ou se começar em janeiro, e em que momento do faseamento é que vamos a intervencionar a cozinha. Portanto, é isso que eu estava a dizer. Quando tivermos a certeza é que é ajustado o faseamento. Agora, o faseamento está acautelado e os empreiteiros tinham como peça obrigatória apresentar esse faseamento. Portanto, isso não está "logo se vê". Não, não é assim que se trabalha e não é assim que nós vamos trabalhar. Mas aquilo que podemos ter de certeza, depois de toda esta discussão, é que, de facto, é necessário este procedimento e termos um acompanhamento de todas estas empreitadas por pessoal qualificado, para que depois possamos estar todos, à partida, é isso que esperamos, estarmos todos mais descansados

E também dar aqui uma nota. Há, de facto, é necessário nós exigirmos enquanto, neste caso, a Assembleia Municipal e todos nós, enquanto gestores de dinheiros públicos e com responsabilidades enormes na gestão dos dinheiros públicos, saber quem é que vai fazer este trabalho, portanto, a necessidade, de facto, de definirmos quais são as competências necessárias para desempenhar este papel que será suportado pelo erário público. Portanto, é tudo quanto me cumpre informar, Senhor Presidente, obrigado.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:28':05")

«Muito obrigado. Senhor Presidente, acrescentar só mais duas notas. Eu acho que esta posição do atual Governo de responsabilizar as câmaras, e que o senhor Flor Agostinho tocou nisso, é muito engraçada. Nós estamos disponíveis, como é evidente, como Movimento, para trabalhar com qualquer governo, qualquer representação partidária, mas é engraçado a responsabilização que nos últimos 6, 7 meses passou claramente para as câmaras, até com a descentralização que já tinha acontecido, e tudo. Portanto, o nível de competência, e o senhor tem-se vindo aqui a baralhar nos seus comentários, porque agora percebi que o senhor faz com comentários, e, portanto, aquilo que tem apresentado ao longo de todas as assembleias baralha-me um bocadinho sobre a sua ideia política sobre o atual governo, o anterior governo e a governação que hoje está na Câmara. E, portanto, acho que o senhor tem que ficar clarificado sobre uma coisa, que é. Aquilo que nós pretendemos fazer foi aquilo que com que nos comprometemos. E que, na verdade, não há trabalho anterior, há trabalho que nós vamos deixar, como o senhor Vereador disse, e há muito trabalho para executar e para se fazer. E o princípio que se levou nisto foi um objetivo muito grande. As respostas que nós precisávamos para a educação e para a saúde estão tratadas. Esse foi o nosso principal trabalho, encarámos outros, também, ao mesmo tempo e com a mesma responsabilidade que também carecem desta preparação de obra e carecem também destes vistos, se assim for necessário. Mas ainda haveremos de os apresentar porque temos mais trabalho para apresentar. Agora, tudo a seu tempo. Portanto, aquilo que eu queria lhe dizer é assim.

mantendo a confiança no anterior Governo e no atual Governo, perante a política e as decisões têm tomado, acho que nós temos estado na linha da frente. E não é por esta, nem por outra que somos referidos como o município na região centro com aprovação de três escolas no valor de 21 milhões de euros. Isso é um trabalho que cabe, realmente, a uma equipa que hoje governa esta Câmara. E também gostaria de o recordar quando é que a Câmara Municipal de Ílhavo teve aprovação neste valor de projetos comunitários? Se me conseguir dizer isso, nas décadas anteriores a esta, que agora está a percorrer, diga-me quando é que isso aconteceu? Porque eu sei que a sua memória e a sua presença nesta Assembleia e também nesta mesa também já tem algum tempo. E, portanto, é bom que se façam estas referências quando nós falamos sobre conquistas para a nossa Comunidade, para o nosso município. Esse é o trabalho que nós temos vindo a fazer. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:30':44'')

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Concluídas todas as intervenções, vamos então colocar à votação o ponto 2 da ordem do dia, “Abertura do procedimento de contratação para aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança em obra”. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o ponto 2, “Abertura, procedimento de contratação para aquisição de serviços, de fiscalização e coordenação de segurança em obra” foi aprovado por unanimidade.»

Encerramento

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:31':14'')

«Muito bem. São 00:23. O ponto 3 é um ponto que nos pode levar até 02:10. Eu proponho encerrarmos os trabalhos hoje, aqui, e voltarmos ao mesmo sítio e à mesma hora na próxima quinta-feira, dia 5.»

André Guimarães, Grupo Municipal do PSD: (03:31':46'')

«Eu, em primeiro lugar, queria só referir porque não tive, depois, a chance de vir aqui, referir-me à questão das gravações e daquela explicação que deu. Porque, de facto, eu não tinha esse enquadramento e foi para mim muito elucidativo. Eu só queria chamar a atenção que realmente isto às vezes passa-nos, e acho que se, de facto, pelo regimento temos que transmitir em direto, online, em streaming, e não sei quê, como está no artigo 76, eu sou da opinião e proponho que se possa rever. Porque às vezes não é só por intenção ou falta de intenção de não estar a ser gravado. Pode haver um ciberataque na plataforma, pode haver uma quebra de rede, pode haver um corte de luz e todas as decisões que nós possamos aqui tomar podem ser avocadas por alguém que tenha interesse e acho que seria importante fazer essa revisão.

Aproveito também neste tempinho só para agradecer os cumprimentos que me foram dirigidos, pela Margarida, em representação da minha bancada, pelo PS, pelo Unir Para Fazer, pelo Senhor Presidente da Câmara e Senhor Vice-Presidente da Câmara, com quem estive pessoalmente e também me deram os parabéns, e a todas as outras pessoas. É, de facto, para mim, com muito orgulho, mas também com muita humildade que parto para este desafio e espero que da mesma forma que muitos outros antes de mim puderam exercer esse tipo de cargos também possam ser inspirados por mim no futuro, as gerações vindouras. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:33':17'')

«Obrigado, André. Nós não estamos a prever fazer uma revisão de Regimento, já fizemos algumas. Mas essas situações anormais serão, com certeza, facilmente resolvidas em Comissão de Líderes, com os grupos municipais e com todos os deputados. Mas fica aqui o registo. Obrigado.

Muito bem, vamos terminar, antes vamos é ler a Ata em Minuta. O senhor Primeiro Secretário, peço silêncio, por favor, vai proceder à leitura, está bem?»

1.º Secretário da Mesa, Domingos Vilarinho: (03:33':53")

[Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata]

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (03:35':50")

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 00:36 do dia 1 de dezembro de 2024.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Técnico Redator

(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

(Miguel Pedro Araújo)